3. O caso do apartheid na África do Sul

Para que possamos entender o regime de apartheid na África do Sul apresentaremos uma breve análise histórica do país, chegando até os grandes marcos e acontecimentos políticos e sociais do apartheid. O ponto de partida será sua fundação colonial para que as origens ideológicas, políticas e culturais do racismo institucionalizado pelos africânderes sejam apresentadas. A divisão que adotaremos é adaptada do livro de Sampie Terreblanche (2002). Ressaltamos que esse capítulo será limitado à discussão dos fatos históricos da África do Sul, ou seja, não aplicaremos o instrumental teórico em seu desenvolvimento, exercício que será fundamental nos capítulos 4 e 5.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812654/CA

3.1. A era mercantilista (1652-1795)

A colonização sul-africana iniciou-se como um produto da hegemonia mercantil holandesa no século XVII. A Companhia Holandesa das Índias Orientais criou em 1652 um entreposto no cabo da Boa Esperança - atual Cidade do Cabo - para que os navios com a rota Europa-Ásia pudessem ser abastecidos. Os colonizadores se depararam com grupos nativos africanos fixados em bases sociais rudimentares, fundadas na caça – caso dos bosquímanos – e na atividade agropastoril – como os hotentotes , também conhecidos como *khoikhois*. Os povos de língua banto, mais evoluídos, e que compõem hoje a maior parte da população sul-africana, haviam migrado para o nordeste na época do estabelecimento do entreposto (Pereira, 1978, p. 27).

A estruturação da vida colonial baseou-se em três processos: A Companhia Holandesa realizou a doação de terras com o status de *free burghers* para empregados que, em troca, vendiam seus alimentos, principalmente o trigo, a preço fixo para a Companhia; a Companhia enviou escravos vindos de diversos lugares (Moçambique, Madagascar, Índia) para criar, sob a supervisão de holandeses, a infraestrutura básica do sistema colonial; e os pastoralistas nativos

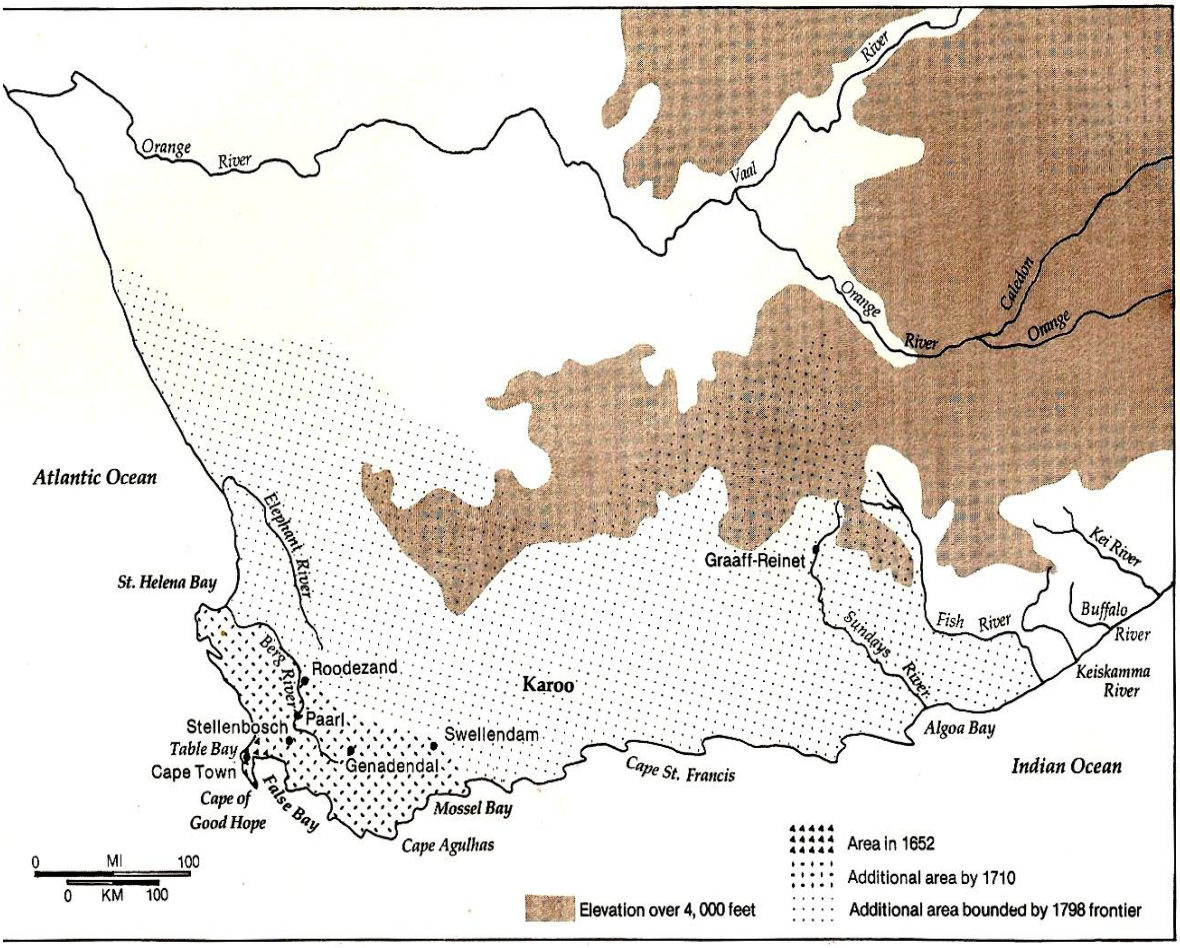
(principalmente os hotentotes), sem alternativas, ou deixavam suas terras ou se tornavam servos dos holandeses (Thompson,1990, p.33).

A escravidão se estabeleceu com características peculiares: não havia grande quantidades de escravos por *free burghers* (em contraste com o grande número de escravos para o funcionamento do sistema de *plantation*) e o crescimento da população de escravos ocorria mais pela importação do que pela reprodução (Thompson, 1990, p. 36).

Os colonizadores iniciaram a dominação sobre os hotentotes, integrando a atividade agropecuária à lógica comercial da Companhia Holandesa (Pereira, 1978, p. 27). As populações autóctones foram massacradas, seu sistema político entrou em colapso e, apesar de tecnicamente livres, os nativos eram tratados como escravos. Nesse contexto, a expansão da atividade pecuária gradativamente formalizou o modo de vida bôer na região. O racismo era uma prática fundamentada por um movimento econômico e também religioso, por conta da ideologia calvinista puritana e sectária que predominava entre os colonizadores. Os fazendeiros brancos ficaram conhecidos como *trekboers* – fazendeiros semimigrantes (Thompson, 1990, p.46). Eles desenvolveram uma economia de subsistência não capitalista na periferia da economia de mercado estabelecida no Cabo. Os *trekboers* não eram auto-suficientes e utilizavam o trabalho escravo e de pastoralistas nativos subjugados. A expansão dos *trekboers* para o leste foi mais complexa do que para o sudoeste, pois as terras ao leste do Rio *Fish* (ao leste, próximo ao Oceano Índico) eram ocupadas por fazendeiros bantos do clã *xhosa*. A disputa de terras na zona de fronteira entre a colônia e o território *xhosa* permaneceu indefinida até o domínio inglês (ver mapa 1).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812654/CA

Mapa 1: A Colônia do Cabo sob domínio da Companhia Holandesa das Índias Orientais (1652-1795) (Thompson, 1990, p.34)



O êxito da estrutura socioeconômica da colônia era dependente do trabalho dos escravos e das populações indígenas. Os colonos percebiam-se como uma comunidade distinta, e essa distinção era fundamentada em base essencialmente racial. Os escravos experimentaram uma forma de subjugação mais severa do que a escravidão praticada nas Américas (Thompson, 1990, p.52), pois foram extraídos de diversas culturas nativas e dispersos em pequenos lotes entre proprietários. Já os nativos tiveram seu meio de subsistência depredado e foram incorporados a uma sociedade na qual seus mestres adotavam métodos de controle similares aos aplicados contra escravos. O resultado de uma sociedade violenta e estratificada foi uma verdadeira "babel" linguística (Thompson, 1990, p.52). Uma forma simplificada do idioma holandês, com o abandono de certos vocábulos,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812654/CA

modificações fonéticas e incorporações de palavras de outras línguas, tornou-se a síntese da comunicação oral entre os agricultores bôeres e os seus escravos e servos. Esse dialeto formou uma língua distinta – denominada *afrikaans* – que, com a língua inglesa, tornar-se-ia reconhecida no século XX como uma língua oficial da República da África do Sul.

3.2. O colonialismo britânico e as repúblicas bôeres (1795-1910)

As transformações do sistema internacional no final do século XVIII e início do século XIX repercutiram diretamente sobre a história sul-africana. O Império britânico, lutando pela hegemonia marítimo-comercial, dedicou-se à conquista do Cabo e, em 1795, tomou o controle da região para protegê-la da França napoleônica, ratificando, em 1814, o domínio formal do Cabo da Boa Esperança. A concepção do capitalismo britânico transformou toda a dinâmica socioeconômica da colônia, defrontando-se com a lógica de produção bôer, muito pouco monetarizada e essencialmente agrícola. Na questão territorial do leste, os ingleses tentaram estabelecer algum grau de lei e ordem na disputada zona de fronteira com o povo *xhosa*. Em 1811 e 1812, as tropas inglesas derrotaram o clã e tomaram as terras no leste ao redor do Rio *Fish*, mas os conflitos não foram totalmente encerrados.

A ida de imigrantes britânicos para ocupar as terras do leste tornou a sociedade colonial ainda mais complexa. Foi nesse contexto que a nomenclatura "bôer" foi estabelecida pelos ingleses para os colonos holandeses e, em menor parte, franceses e alemães. Posteriormente, os próprios bôeres autodenominaram-se *afrikaners*[1]. Segundo Luiz Felipe de Alencastro, em prefácio do livro de Anthony Sampson (1987, 319 p.), o caráter semiprivado do colonialismo holandês foi determinante para que os bôeres, ao invés de migrarem para outras colônias holandesas, como as Antilhas, decidissem permanecer na terra após o domínio inglês no Cabo, o que, para Hannah Arendt, demonstrou que "os bôeres foram o primeiro grupo europeu a tornar-se completamente alienado do orgulho que o

[1] Utilizaremos o termo africânder como tradução da língua portuguesa para *afrikaner*. Utilizaremos esse conceito em substituição ao termo "bôer" a partir da unificação sul-africana, em 1910, justamente pelo termo estar mais associado à consolidação de uma ideologia nacional a partir desse marco histórico e fundação do Partido Nacional, em 1914.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812654/CA

homem ocidental sentia em viver num mundo criado e habitado por ele próprio" (Sampson, 1987, p. 9). Os bôeres optaram por se africanizar, e essa decisão foi elemento determinante para a história sul-africana.

As mudanças implementadas pela Inglaterra foram significativas. O tráfico de escravos por navios ingleses foi proibido pelo Parlamento britânico em 1807. Em 1828, os nativos bosquímanos e hotentotes foram reconhecidos como homens livres e com direitos iguais a ingleses e africânderes. E, em 1833, o Parlamento proibiu a escravidão no Império. (Thompson,1990, p.54). A liberdade política não significava, no entanto, liberdade econômica, e os nativos e ex-escravos tinham poucas alternativas a não ser continuar a trabalhar para os brancos. Além disso, apesar da igualdade jurídica, nativos e ex-escravos eram tratados pelos brancos – principalmente pelos bôeres - como uma comunidade inferior. A liberdade desses povos não foi bem aceita pelos bôeres e tornou-se o principal motivo de discórdia destes com o governo inglês.

Outras mudanças importantes foram introduzidas pelos britânicos: a prática de doação de terras aos europeus foi substituída por um controle administrativo britânico e a cobrança de impostos foi implementada. A imposição do inglês como língua oficial e a atuação dos anglicanos na catequização dos africanos agravaram a incompatibilidade entre britânicos e africânderes. O sentimento antibritânico tornou-se forte principalmente entre os africânderes do leste**.** Em 1837, milhares de africânderes - estima-se que um quarto dos que habitavam os distritos do leste (Thompson, 1990, p. 69) - resolveram migrar para o nordeste, no fenômeno que ficou conhecido como "a Grande Viagem" (ver mapa 2). Eles queriam fundar uma nova sociedade colonial, escapando do controle britânico e da insegurança gerada pelos intermináveis conflitos entre os ingleses e o clã *xhosa*.

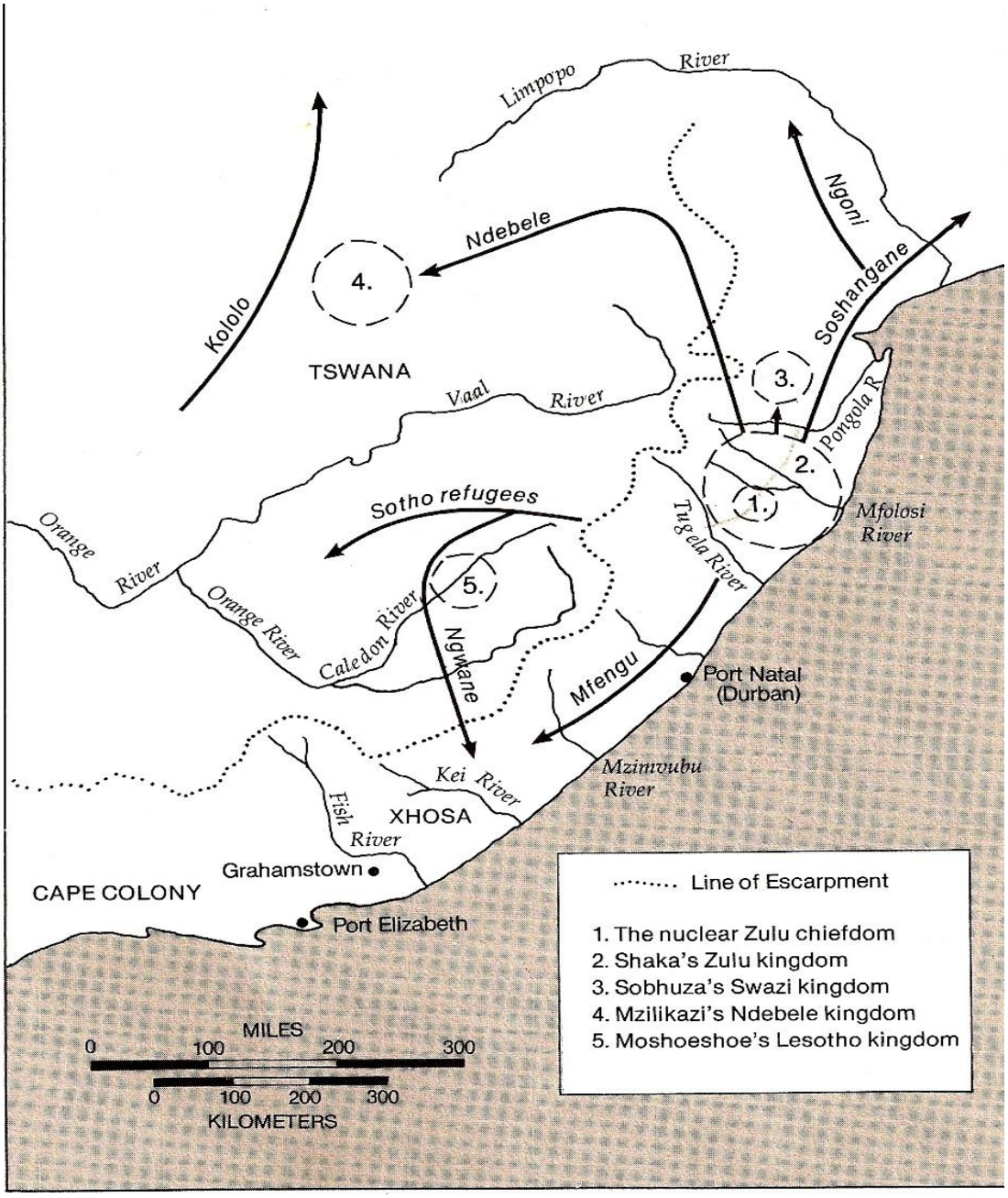
PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812654/CA

Mapa 2: A Grande Marcha Bôer (1837-1845) (Thompson, 1990, p. 88)

Alheios a esse processo, até o final do século XVIII, fazendeiros de língua banto viviam em pequenos clãs, independentes dos colonizadores e não sendo subjugados como os nativos hotentotes e bosquímanos e os escravos. Com a ascensão do Reino Zulu em 1818, liderado por Shaka, os clãs bantos foram incorporados. O Reino estabeleceu controle do território que, entre o Rio Pongola, no norte, até o Rio Tugela no sul, com saída para o Oceano Índico, formalizou um exército expressivo que provocou conflitos devastadores contra outras tribos; essa série de conflitos ficou conhecida na historiografia como *mfecane* ou esmagamento. O Reino Zulu era um Estado militarizado, que contava com um exército de 40.000 guerreiros. (Thompson,1990, p. 84).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812654/CA

Mapa 3: O Reino Zulu e o ‘esmagamento’ (Thomposn, 1990, p.82)



Um território dividido entre clãs foi consolidado em um reino único, uma nação embrionária. Mas a violenta política militar de Shaka teve efeitos drásticos para o Reino Zulu: refugiados de outros clãs, como *xhosa*, *mfengu*, *basotho* e *batswana* migraram para a colônia do Cabo para obter trabalho com os colonos brancos.

O choque entre os bôeres, que migravam na ‘Grande Viagem’ na década de 1830 para escapar do controle britânico, com os bantos na disputa por posses territoriais foi inevitável. Migrando rumo ao nordeste, os africânderes se

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812654/CA

defrontaram com os *ngoni* - povo banto do qual se originou o Reino Zulu (Pereira, 1978, p.28). Os *ngoni*, já enfraquecidos pelos conflitos intertribais com povos não zulus, foram derrotados em 1838, quando os bôeres criaram a República do Natal. A autonomia africânder não durou muito, pois os ingleses anexaram a província em 1842, procurando pulverizar a concorrência bôer em um ponto chave da rota para a Ásia.

Os bôeres, dando continuidade à emigração para o nordeste, fundam duas novas repúblicas: Orange e Transvaal, ambos sistemas políticos monopolizados pelos fazendeiros que tinham o holandês como língua oficial e o calvinismo como religião. A discriminação racial era sistemática nesses arranjos sociais (Pereira, 1978, p.29). Alguns marcos do racismo institucionalizado foram criados nas repúblicas bôeres, como o confinamento de negros e a obrigação do uso de passe, medidas que se transformaram em política oficial de Estado com o apartheid.

Um novo fenômeno demográfico complexificou a teia social sul-africana. Imigrantes da Índia começaram a chegar a Natal em 1860 para suprir a carência de mão de obra e a comunidade indiana tornou-se rapidamente a terceira maior da colônia. A situação de Natal em 1870 tornou-se muito complexa, com três comunidades distintas. Os mais de 250.000 negros africanos haviam experimentado duas drásticas mudanças em 15 anos: a ascensão do Reino Zulu e a criação da colônia branca. Os 18.000 brancos, recém-chegados a Natal, detinham o controle administrativo e econômico da região. E os 6.000 indianos tentavam aproveitar suas limitadas oportunidades de trabalho.

Apesar do *mfecane* e do expansionismo branco, os povos africanos resistiram e não foram desintegrados, tal como aconteceu com as populações aborígines na América do Norte e na Austrália. Em 1870, os negros eram, provavelmente, dez vezes mais numerosos do que os brancos na área coberta pela moderna República da África do Sul. Territórios africanos independentes formavam um semicírculo ao redor dos Estados coloniais e republicanos – entidades políticas que eram muito frágeis. Os Estados bôeres eram parte informal do Império Britânico e conflitos mal resolvidos sobre a questão da terra e do trabalho foram acentuados pelas suposições ideológicas de cada comunidade. Brancos dependiam do trabalho negro, mas os queriam longe do sistema político e social. Negros africanos tornavam-se cada vez mais dependentes dos manufaturados e interessados na tecnologia e religião ocidentais. Dentro da

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812654/CA

categorização racial existiam ainda as divisões secundárias, como a entre os bôeres e os imigrantes do século dezenove. Mais da metade de população branca era formada por bôeres (Thompson, 1990, p.112). A descoberta dos minerais acentuou essas tensões e inaugurou uma nova fase na história sul-africana (Thompson, 1990, p. 109).

O auge do imperialismo britânico coincidiu com a descoberta de diamante e ouro no interior da África austral. Kimberley, a cidade do diamante, e Joahnesburgo, a cidade do ouro, tornaram-se os povoados mais habitados do interior sul-africano, atraindo milhares de novos imigrantes - britânicos em sua maioria. As indústrias de mineração inseriam essas cidades na lógica do capitalismo britânico, ao passo que a divisão racial acentuava-se. Na medida em que a riqueza mineral da região era descoberta, políticos e homens de negócio britânicos consideravam o controle total da região como uma questão de interesse nacional.

O ano de 1865 foi fundamental para o acirramento da rivalidade anglo-bôer, por conta da descoberta de jazidas diamantíferas. A Inglaterra anexou a região diamantífera bôer de Kimberley, situada em Orange, à colônia do Cabo, e, em 1877, movimentou tropas para a conquista definitiva das repúblicas bôeres. A competição internacional potencializou a política de controle britânica depois de 1890, quando a Alemanha anexou, na partilha da África, entre outros países, a região hoje conhecida como Namíbia, fronteiriça à África do Sul.

A rivalidade entre bôeres e ingleses também foi acentuada pelo desenvolvimento da economia capitalista na região. Com a construção de ferrovias do interior do país até os portos, produtos agrícolas passaram a ser importados dos Estados Unidos, da Argentina e da Austrália. Muitos agricultores bôeres faliram, incapazes de concorrer com esses bens importados. Os magnatas que dominavam a indústria mineradora eram de diversas nacionalidades e cada vez mais percebiam as repúblicas bôeres como obstáculos aos seus negócios. A Inglaterra, preocupada com a ascensão germânica, estava determinada a anexar, ao menos, a república de Transvaal – área com grandes reservas de ouro.

A decadência das atividades agropecuárias tornou os bôeres mais dependentes do capitalismo britânico e da atividade mineradora, tendo que disputar os postos de emprego com negros destribalizados e urbanizados. Essa disputa, reflexo da consolidação da hegemonia inglesa, catalisou a polarização dos

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812654/CA

bôeres a respeito da defesa de políticas contra os negros. Nesse sentido, trabalhadores brancos passaram a se organizar em sindicatos para evitar a desvalorização de sua força de trabalho e exigir políticas de segregação da mão de obra negra. Em Kimberley, por exemplo, durante os anos 1870, os negros tinham que portar seus passes e viver em partes segregadas da cidade. Os arranjos sociais de Kimberley anteciparam a segregação urbana e o controle do trabalho, posteriormente estruturados em todo o país com o regime de apartheid.

Em 1899, a indústria mineradora sul-africana era responsável por 27,55% da produção do ouro no mundo (Thompson, 1990, p. 120). A segregação racial e a discriminação eram sistematicamente aplicadas na organização das atividades mineradoras. Dois relevantes processos políticos nas três últimas décadas do século XIX aumentaram exponencialmente o exército-reserva de mão de obra negra: os regimentos britânicos e os comandos bôeres completaram a conquista das populações nativas africanas e o exército britânico conquistou as repúblicas africânderes. Apesar das perdas humanas com as guerras de conquista, os negros continuaram a constituir a vasta maioria da população e, com o aumento da oferta da força de trabalho negra, a espoliação econômica e política exercida pelos brancos ganhou ímpeto.

Em face da ofensiva britânica, o nacionalismo bôer/africânder se fortaleceu como ideologia. A descoberta de ouro de filão em 1886 em Transvaal tornou-se mais um fator de rivalidade, haja vista a incapacidade técnica dos bôeres em explorar o metal. As políticas britânicas para controle total culminaram na Guerra Sul-africana – a maior guerra para a Grã-Bretanha desde as guerras napoleônicas, sendo inclusive, o evento militar precursor no uso do campo de concentração para trabalho forçado, realizado pelos britânicos (Thompson, 1990, p.115). O conflito militar eclodiu em 1899 e se prolongou até 1902, quando ocorreu a derrota bôer. Transvaal e Orange tornam-se colônias britânicas e formam em 1910, juntos com Cabo e Natal, a União Sul-Africana.

A constituição do país continha princípios que iriam afetar profundamente o curso da história sul-africana: o inglês e o holandês foram reconhecidos como línguas oficiais[2]; foi estabelecido um Estado unitário e o sistema parlamentarista; algumas leis peculiares de cada província foram mantidas, principalmente àquelas

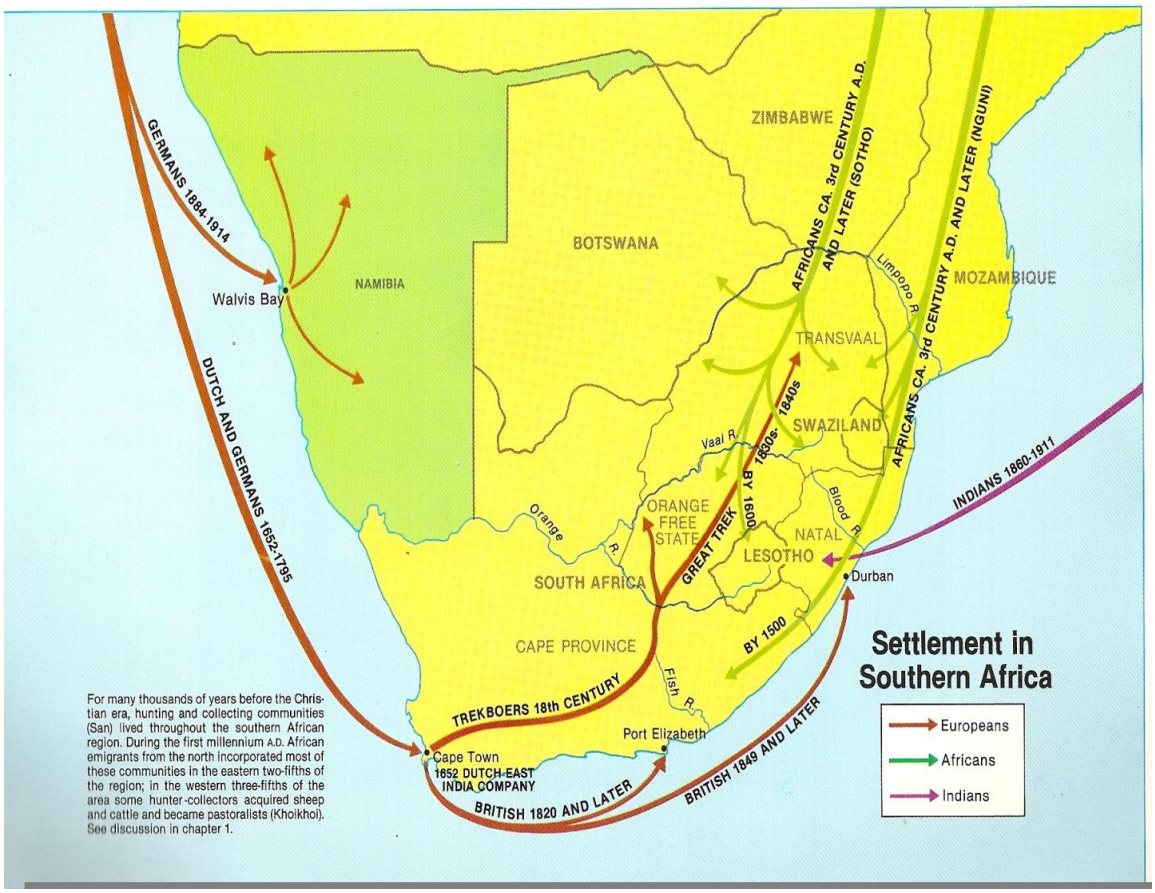
[2] Em 1925 a língua afrikaans substitui o holandês, da qual se deriva.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812654/CA

concernentes à questão racial. Louis Botha tornou-se o primeiro-ministro de um país com 4 milhões de negros, 500.000 mestiços ou *coloureds*, 150.000 indianos e 1.275.000 brancos (Thompson, 1990, p. 153).

O mapa abaixo sumariza os fluxos demográficos do país desde sua colonização:

Mapa 4 (STUDY Comission on United States Policy Toward Southern Africa, 1981)



3.3.
A hegemonia britânica (1910-1948)

A República acrescentou novos marcos racistas na política sul-africana. Podemos destacar: o estabelecimento da reserva dos melhores empregos para os brancos; o *native land act*, lei de 1913 sobre as reservas indígenas, que restringia o direito de propriedade e permanência dos negros às terras reservadas (uma legislação precursora do *Group Areas Act* que instituiu as *homelands* no apartheid); e a lei de zonas urbanas de 1923, que restringia a permanência de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812654/CA

negros em zonas específicas dos subúrbios de acordo com as necessidades de sua força de trabalho. O processo de urbanização, o avanço da indústria capitalista e a mecanização da atividade agrícola desencadearam um expressivo êxodo rural e muitos fazendeiros africânderes tiveram que se adaptar a uma nova dinâmica urbana. A pressão política para reserva dos empregos para brancos foi consequência desse processo de urbanização que prejudicou muitos agricultores africânderes. As reservas se transformaram em reservatórios de mão de obra para a indústria mineradora - a espinha dorsal da economia sul-africana naquele momento - e o governo tentava limitar o fluxo dos africanos para as cidades através das leis de passes e restrições geográficas.

Nesse quadro de industrialização e política segregacionista, os projetos nacionais alternativos foram consolidados com o surgimento do Congresso Nacional Africano (ANC) e do Partido Nacional. O ANC foi criado em 1912, como a primeira organização sul-africana de caráter nacional, claramente inspirado no Congresso Nacional Indiano, partido indiano que desenvolvia a ideologia nacionalista no esforço de tornar a Índia independente do Império Britânico. Os negros voltavam-se para a difícil definição de sua situação imediata, isto é, se residiam nas reservas, nas fazendas de brancos, nas cidades, ou se eram trabalhadores migrantes, movendo-se entre as reservas e as áreas brancas. Até 1939, o ANC era liderado por formadores de opinião que tentavam angariar apoio para mudar, por meios constitucionais, o quadro de injustiças contra os negros. Destarte, até a ascensão da Liga da Juventude do ANC na década de 1940, liderada por Nelson Mandela, o partido não logrou vitórias significativas e não conseguiu mobilizar os negros.

Em 1914, os africânderes, liderados por Hertzog, fundaram o Partido Nacional, que objetivava a tomada do poder e um Estado sem ingerência inglesa. O partido ganhou apoio de intelectuais africânderes e dos fazendeiros que se deparavam com grandes dificuldades econômicas.

O alto custo da mão de obra branca nas indústrias mineradoras - estima-se que os brancos recebiam 50 vezes mais do que os negros (Sampson, 1990, p.159) - tornou-se um problema após a queda do preço do ouro com o fim da Primeira Guerra Mundial. O acordo foi quebrado pela Câmara das Minas, o que provocou grandes protestos dos trabalhadores brancos, reprimidos pelos comandos armados contratados pelos patrões. O problema repercutiu nas urnas: o Partido Sul-

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812654/CA

Africano, que estava no poder desde 1910, foi derrotado nas eleições de 1924. O Partido Trabalhista, compactuado com o Partido Nacional, de Hertzog, assumiu o poder e favoreceu os interesses africânderes. Em 1925, o *afrikaans* foi decretado idioma oficial do país junto com o inglês, substituindo o idioma holandês.

O declínio do poder britânico no sistema internacional criou espaços para que os africânderes pudessem executar o seu projeto nacional. A crise de 1929 fortaleceu o projeto do Partido Nacional, pois, com a queda do comércio de diamantes e de produtos agrícolas, os ingleses sofreram significativas perdas econômicas. A entrada de capitais após a crise, a partir de 1932, propiciou uma política estatal de industrialização para setores chaves, como a eletricidade, o ferro e o aço. A industrialização, por sua vez, estimulou o racismo dos africânderes, temerosos com a concorrência dos negros urbanizados por postos de trabalho. Em 1933, Hertzog se aliou ao Partido Sul-Africano e formou o Partido Unido, que ficaria no poder até 1948. Uma dissidência do Partido Nacional liderada por D.F.Malan fundou o Partido Nacional Purificado, que veio a se firmar posteriormente como o legítimo Partido Nacional para os africânderes.

As maiores transformações do país no primeiro quarto do século XX foram a massiva realocação de africanos para as reservas e o gradual processo de mecanização do campo, que levou uma massa de fazendeiros brancos a procurarem trabalho nas indústrias. As forças econômicas seguiam na contramão das políticas governamentais, que tentavam manter os negros fora das cidades. A favelização foi o reflexo da incapacidade do governo de controlar os fluxos migratórios. Foi nesse contexto que, nas periferias de Joanesburgo, nasceu Soweto, uma comunidade de trabalhadores que viviam em condições precárias e sem assistência social – e que esteve no centro das tensões sociais desencadeadas no apartheid. O processo de urbanização capacitou uma vigorosa cultura proletária entre os negros, notável com a criação de uniões de comércio, que, por sua vez, não foram reconhecidas pelo governo. Entre 1939 e 1948, a divisão racial entre os sul-africanos acentuou-se. Os africânderes continuavam dominando o setor agrícola, porém mais da metade da população africânder concentrava-se nos mais baixos postos de trabalho brancos, atuando nas fábricas e indústrias mineradoras.

A nova geração de líderes negros, a partir de 1940, procurou aplicar outros métodos de resistência, inspirados pela filosofia de não violência propagada por Gandhi na África do Sul. Em 1943, o documento oficial da conferência anual do

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812654/CA

ANC citava a Carta do Atlântico, clamando pela abolição de todas as leis discriminatórias e pela necessidade do sufrágio universal no país. Nelson Mandela e Oliver Tambo se afirmaram como os principais líderes dessa nova geração.

Do lado africânder, Malan conseguiu o controle do Partido Nacional, afastando a influência de Hertzog. Nas eleições de 1948, o Partido Nacional, revigorado, formalizou uma aliança entre as principais classes urbanas e rurais dos africânderes. As plataformas da campanha eram a segregação rigorosa dos negros, mestiços e indianos e o fim das representações de mestiços e indianos no parlamento (Sampson, 1990, p.185). O Partido Nacional venceu as eleições e o Partido Unido nunca mais se recuperaria da derrota de 1948.

3.4. O apartheid: marcos históricos até a crise dos anos 1980

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812654/CA

O governo do Partido Nacional, liderado por Malan, procurou expandir a legislação segregacionista - cujas raízes remetiam ao processo de dupla colonização (holandesa e inglesa) e de escravidão - em uma complexa máquina de engenharia social, que apresentaremos agora.

"Malan colocou em prática o ideário 'purificado' de seu partido por meio de uma série de leis draconianas, que barravam ou limitavam consideravelmente o acesso dos negros e outras raças ao trabalho, moradia, uso da terra, educação, serviços de saúde e representação política" (Neto, 2010, p.49). Assim nasceu o 'pequeno apartheid', relacionado a medidas segregacionistas específicas com efeitos no cotidiano da população negra. A segregação racial representou a abolição de direitos civis básicos, tal como a liberdade de locomoção e de expressão. Um marco na constituição do 'pequeno apartheid' é descrito abaixo:

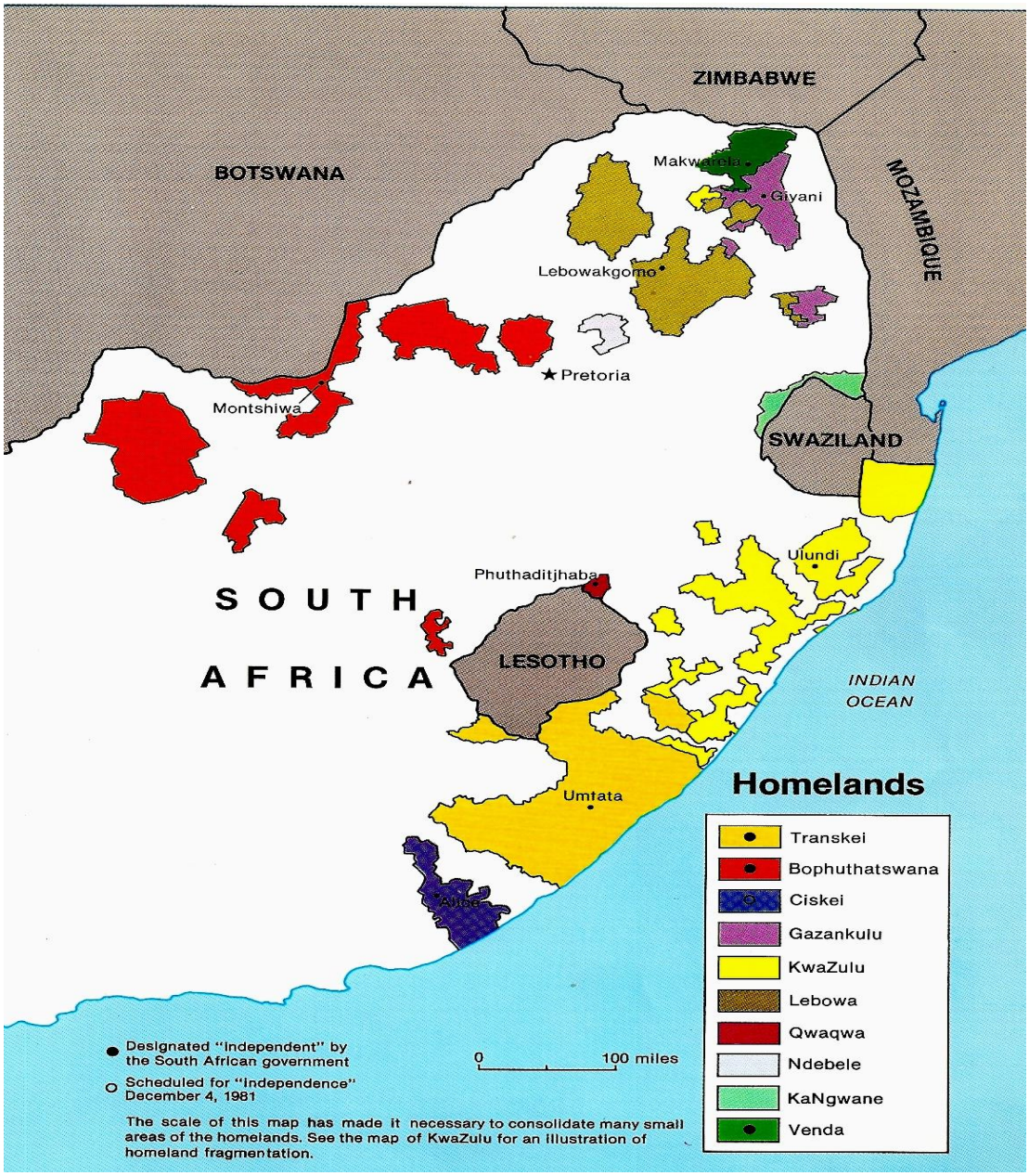
> The Reservation of Separate Amenities Act remains the principal foundation of segregation in public facilities. Its passage in 1953 was followed by provincial ordinances empowering the administrator in each province to direct local authorities to reserve public premises and vehicles for the exclusive use of a particular race, and many of the consequent regulations are still in effect (Study, 1981, p.62)

Em 1949, o casamento interrracial foi proibido, assim como as relações sexuais entre pessoas de raças diferentes. O ato de registro populacional, de 1950, determinou a categorização racial de todas as pessoas, em 3 raças: brancos,

coloureds e africanos; e o *Group Areas Act*, também de 1950, dividiu as reservas em oito diferentes territórios. Cada território se tornou uma *homeland* para uma potencial nação africana, administrada sob tutela branca por autoridades bantos. O objetivo político africânder era de fato criar Estados só para negros. Do ponto de vista demográfico, a ideia era insustentável: as *homelands* cobriam 13,7% do território e deveriam abrigar 72% da população negra sul-africana (Thompson, 1987, p.13), conforme o mapa reproduzido abaixo.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812654/CA

Mapa 5 (STUDY Comission on United States Policy Toward Southern Africa, 1981)



A condição socioeconômica dos negros segregados nas *homelands* deteriorou-se por conta do descaso governamental, o que incentivou os africanos a deixarem as áreas. O governo africânder intensificou as tentativas de limitar o fluxo laboral campo-cidade e proibiu os negros de permanecerem mais de 72 horas em uma área urbana. Aqueles que não portavam os documentos requisitados eram presos.

A política de ocupação de áreas habitadas por negros provocou a remoção de milhões de africanos. As *homelands* sofreram um significativo aumento

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812654/CA

populacional. Os negros viviam em péssimas condições econômicas e higiênicas, sofrendo problemas como a subnutrição e a tuberculose. Além desses malogros, o sistema educacional nas *homelands* era precário.

As políticas segregacionistas do 'pequeno apartheid' faziam parte do cotidiano das áreas reservadas aos brancos. Em 1953, além de ter sido proibido o uso dos mesmos locais públicos por negros e brancos, foi criado um sistema de ensino especial para negros, com o claro objetivo de rebaixar a formação dos nativos. As placas *'Whites Only'* eram instaladas em praticamente todos os lugares públicos e a política de prevenção do contato racial também foi aplicada nos esportes: competições nacionais não podiam ter times de diferentes raças competindo e nenhuma equipe com raças integradas podia representar a África do Sul internacionalmente (Sampson, 1990, p.197). O governo também estabeleceu o controle sobre as comunicações midiáticas.

Em 1954, o primeiro-ministro Malan foi sucedido por Gerhadus Strijdom, que deu continuidade ao sistema de dominação racial. Em 1958, assumiu o poder Hendrik Frensch Verwoerd, defensor da aliança da África do Sul com o Eixo na Segunda Guerra Mundial, que implementou a ideologia do 'desenvolvimento separado'. A doutrina radicalizou o projeto de uma África do Sul totalmente branca, que consistia em conceder autogoverno e posterior 'independência' às *homelands*, em um momento que a política de reservas nativas já provocara a remoção forçada de mais de 3 milhões de negros (Neto, 2010, p.50-51). "O 'grande apartheid' de Verwoerd retirou da África do Sul branca a maior quantidade possível da população negra, sem colocar em perigo a oferta de mão de obra, especialmente no setor agrícola e minerador" (Neto, 2010, p.51). Com a radicalização e o foco na remoção dos negros pela política de *homelands*, o apartheid começou a assumir sua dimensão totalitária após Verwoerd tornar-se primeiro-ministro em 1958.

> Under the homelands policy, Africans, even those residing in South Africa, could look forward to achieving political rights only in their own tribal "states", while whites would retain exclusive control over the remainder of the republic of South Africa, which embraces 87 percent of the original territory. The whites' goal was to avoid sharing political and, ultimately, economic power with Africans in a unitary South Africa but at the same time to retain African labor (…) The homeland policy, also known as grand apartheid, separate development, or multinational development, evolved slowly in the early years of National party rule, accelerated in 1959, and reached its peaked with the granting of independence to Transkei in

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812654/CA

> 1976. At the stage, and indeed until the retirement of John Vorster as prime minister in 1978, the final goal was clear: all homelands would become independent states; (…)African residing in "white" areas are temporary workers rather than a permanent, integral part of South African society…the homelands policy becomes a device for assuring a continuing supply of African labor while avoiding the granting of full political, civil economic, and social rights to the African workers and their families (Study, 1981, p.50-51)

Em suma, o regime segregacionista africânder, conciliando uma política de segregação pública com remoções forçadas, praticava uma série de violações de direitos humanos que assumiam um caráter peculiar no mundo, como explica David Black:

> What set South Africa apart from all other human rights violators [...] and placed its domestic policies firmly on the international agenda [...] was its institutionalization of systemic, white-on-black racism. In other words, what marked South Africa off as "unique evil" and liable to increasing international opprobrium and isolation was its denial of equal civil, political, social, and economic rights solely on the basis of race. (1999a, p.80).

A instituição do apartheid transformou em política oficial o pensamento dos africânderes, que consideravam o Estado segregacionista a única solução para o caos, a única forma de se evitar o perigo da sociedade miscigenada (Ribeiro, 2006, p.304). O ideal do governo africânder era a separação total da civilização em todas as esferas da vida: racial, social, sexual, nacional e cultural, conforme o pensamento de Geoffrey Cronjé[3] (Coetzee, 1991). Segundo o pensamento essencialista de Cronjé, a variedade racial é a vontade de Deus, e o homem deve agir para que essa variedade seja mantida, sem que as raças se misturem (Ribeiro, 1994, p.7). Cada raça tem o seu chamado e deve cumprir o seu destino conforme os desejos divinos. Nesse sentido, Cronjé adapta a ideia da fé calvinista ao seu pensamento racial. A raça torna-se o indivíduo coletivo (Ribeiro, 1994, p.10) e o contato racial provoca a alienação da própria cultura e até a desnacionalização, representando uma violência ao desígnio divino.

O africânder, defendia Cronjé, era o único povo de origem européia autóctone na África do Sul e, por isso, era apto a identificar os verdadeiros interesses nacionais, ao contrário dos ingleses, tidos como forasteiros. (Ribeiro, 1994, p.15). Para o maior doutrinário do apartheid, o liberalismo britânico

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812654/CA

representava um projeto imperialista com o fim de enfraquecer a força da nação sul-africana. A resposta contra o liberalismo britânico deveria então ser dada por todas as raças. Destarte, os brancos africânderes, os negros e os mestiços deveriam se desenvolver separadamente, porém com a tutela reconhecida dos primeiros, por serem supostamente mais desenvolvidos e estarem cumprindo o chamado de Deus. Cronjé era contundente:

> Quanto mais radicalmente for implementada a separação racial, melhor ela será; e quanto mais consequentemente a política de apartheid for posta em prática, tanto mais eficientemente estará assegurada nossa pureza racial e nossa sobrevivência racial européia genuína (Ribeiro apud Cronjé, 1994, p.20).

A consequência dessa complexa máquina social balizada por uma ideologia segregacionista foi uma nação profundamente desigual. Os brancos sul-africanos eram tão prósperos quanto as classes altas da Europa e dos EUA, enquanto as *homelands* não recebiam quase nenhum serviço público (Sampson, 1990, p.200). A África do Sul era um país parcialmente industrializado, com profundas divisões sociais fundadas no critério racial. Entretanto, ao passo que o objetivo político almejava a segregação e desnacionalização dos negros, a economia absorvia cada vez mais os trabalhadores negros. Para controle da atividade econômica, a máquina estatal sofisticou seus mecanismos de repressão racial, com leis de passes cada vez mais severas, remoções forçadas e detenções sem julgamento.

Do lado do movimento político negro, a nova liderança do ANC, presidido por Albert Luthuli (presidente do ANC de 1952 a 1967) e liderada por Walter Sisulu, Nelson Mandela e Oliver Tambo, desenvolveu novas técnicas de resistência pacífica e desobediência civil contra as leis discriminatórias. Antes da ascensão da Liga da Juventude, o ANC só agia por meios legais e constitucionais. Mandela, Tambo e Sisulu usufruíram do legado de Gandhi na África do Sul e mudaram o plano de ação do partido. A primeira campanha de desobediência civil em massa foi organizada pelo ANC em 1952, conhecida com as *Defiance Campaigns*.

O banimento do SACP em 1950 levou a uma aproximação deste partido com o ANC (Ellis; Sechaba, 1992). A '*Freedom Charter'* tornou-se o documento

[3] Cronjé obteve um doutorado na Universidade de Amsterdã nos anos 1930 e a sua obra foi a diretriz das principais ações do apartheid.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812654/CA

síntese dessa aliança, a primeira coalizão de organizações antiapartheid na África do Sul que exaltou a necessidade de um país com negros e brancos convivendo pacificamente. Porém, o governo do Partido Nacional não se abriu ao diálogo e reprimiu violentamente as manifestações pacíficas do ANC. Em 1958, uma dissidência do ANC, liderada por Robert Sobukwe, criou o *Pan African Congress* (PAC). A organização criticava a postura conciliatória do ANC e a ingerência de brancos comunistas no rumo do partido. O PAC defendia o slogan 'África para os africanos', influenciado pelo movimento de descolonização africana que se iniciava.

O PAC organizou, em 21 de março de 1960, um grande protesto popular contra a lei do passe, e a violenta repressão do governo culminou na morte de 69 pessoas. O Massacre de Sharpeville, além de marco da transnacionalização incipiente do ativismo antiapartheid, representou a radicalização do aparato legislativo do governo africânder. O governo decretou o estado de emergência em 30 de março de 1960 e o '*Unlawful Organizations Act'*, que ilegalizou as atividades do PAC e do ANC[4], no dia 8 de abril (Ellis; Sechaba, 1992, p.30). O secretário-geral do ANC, Oliver Tambo, se exilou para iniciar uma campanha em busca de apoio internacional antiapartheid, em empreitada que foi fundamental para o surgimento do *Anti-Apartheid Movement* (AAM) no Reino Unido. O Massacre de Sharpeville também foi utilizado pelo governo sul-africano para sacramentar a independência do país. Após o episódio, a *Commonwealth* iniciou debates para expulsar a África do Sul da comunidade, influenciada pelo ativismo antiapartheid do AAM. O governo africânder antecipou-se e realizou um referendo entre os brancos, que declarou a República independente da *Commonwealth* (Ellis; Sechaba, 1992, p.31).

A violência do governo e o banimento dos partidos levaram os líderes a contemplarem o uso da violência como estratégia de combate e resistência. O ANC e o SACP decidiram lançar uma campanha de sabotagem, atacando importantes construções do governo, mas sempre evitando vítimas civis. Nesse contexto, em 1961 foi criado o *Umkhonto We Sizwe*, conhecido como MK, braço armado dessas organizações (apenas posteriormente o ANC declarou a luta armada, em discurso emblemático de Nelson Mandela no 'julgamento de

[4] O ato perdurou até 1990, quando todos os partidos foram legalizados, inclusive o SACP, que foi banido em 1952.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812654/CA

Rivonia'[5]). Em 1962, Mandela embarcou em uma viagem internacional em busca de aliados na África e na Europa. No retorno de sua viagem, Mandela, que já era o homem mais procurado pela polícia africânder, foi preso e condenado à prisão perpétua no 'julgamento de Rivonia', em 20 de abril de 1964[6]. Diante da Suprema Corte, vestindo roupas tribais conforme tradição *xhosa*, Mandela realizou sua própria defesa, explicando toda a história de ativismo antiapartheid e justificando o abandono da filosofia da não violência:

> At the beginning of June 1961, after a long and anxious assessment of the South African situation, I, and some colleagues, came to the conclusion that as violence in this country was inevitable, it would be unrealistic and wrong for African leaders to continue preaching peace and non-violence at a time when the Government met our peaceful demands with force. This conclusion was not easily arrived at. It was only when all else had failed, when all channels of peaceful protest had been barred to us, that the decision was made to embark on violent forms of political struggle, and to form Umkhonto we Sizwe. We did so not because we desired such a course, but solely because the Government had left us with no other choice. In the Manifesto of Umkhonto published on 16 December 1961, which is Exhibit AD, we said: "The time comes in the life of any nation when there remain only two choices - submit or fight. That time has now come to South Africa. We shall not submit and we have no choice but to hit back by all means in our power in defence of our people, our future, and our freedom[7].

A tática de atuar no exílio angariando apoio internacional, efetuando o funcionamento do efeito-bumerangue, mesmo com a prisão do principal líder da resistência sul-africana, não foi abandonada. O ANC organizou a sua primeira conferência no exílio, a *Lebate Conference*, em Botswana. O SACP, com maior experiência em trabalhar na clandestinidade, ajudou muito na organização do ANC, de forma que diversos líderes comunistas tornaram-se influentes na cúpula do ANC. O caráter do ANC foi modificado após a ilegalidade: "During its years underground, the ANC came to lose the character of a mass movement which it had developed in the 1950s and became more an elite organization" (Ellis; Sechaba, 1992, p.36)

A repressão crescente do governo sul-africano foi notável após Sharpeville. Para controlar as atividades das organizações no exílio, foi criado o *Bureau of State Security* (BOSS), serviço secreto para reprimir as atividades antiapartheid interna e externamente. Além disso, "Parliament introduced new laws to facilitate

[5] O discurso na íntegra pode ser lido no site: http://www.anc.org.za/ancdocs/history/rivonia.html
[6] Nelson Mandela foi libertado em 11 de fevereiro de 1990, após passar 27 anos preso.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812654/CA

detention without trial, guided by Justice Minister John Vorster, himself interned on account of his pro-Nazi sympathies during the Second World War" (Ellis; Sechaba, 1992, p. 39). Em 1966, o Primeiro-ministro Verwoerd foi assassinado por um parlamentar a facadas no prédio do Parlamento.

Vorster sucedeu Verwoerd como Primeiro-ministro em 1966 e deu continuidade à política do 'grande apartheid', mas promoveu as primeiras medidas para remoção de leis segregacionistas. O regime, aos poucos, substituiu a excessiva ideologização por uma face pragmática, que buscava assegurar a sobrevivência do sistema e melhorar sua imagem internacional. A África do Sul era uma sociedade em permanente transformação e a principal mudança em curso era a consolidação da hegemonia econômica africânder, como analisa José Fiuza Neto:

> Até metade do século XX, os ingleses foram o grupo economicamente dominante na África do Sul, mas na década de 1960 essa situação já era diferente. Beneficiados pelo crescimento econômico, pelo poder político e pela urbanização, os africânderes não eram mais uma comunidade de rudes fazendeiros e de pequenos trabalhadores urbanos. Se já dominavam o serviço público, agora passavam a atuar no comércio, na indústria e no setor bancário, estreitando cada vez mais o fosso social que os separava dos britânicos (2010, p.52).

Uma combinação de medidas repressivas com políticas de segregação racial contribuiu para o enfraquecimento de todas as manifestações políticas negras. Enquanto em 1950 dezenas de milhares defrontaram a autoridade branca por meio de boicotes, greves e resistência às leis segregacionistas, após 1961, e por um período de 15 anos, não existiu nenhuma resistência política negra em massa na África do Sul (Price, 1991, p.23). O ANC e o PAC, os dois movimentos políticos na linha de frente da oposição africana à supremacia branca, foram neutralizados pela ação política. Com suas lideranças sendo presas ou perseguidas, os ativistas que escaparam foram forçados a operar no exílio na Tanzânia e Zâmbia, ao mesmo tempo em que os africanos que permaneceram no país enfrentaram um arranjo de leis repressivas cada vez mais elaboradas e intrusivas. O objetivo dessas restrições não era somente negar a representação política, mas aniquilar qualquer espaço social para os negros se organizarem em defesa de seus direitos

[7] (http://www.anc.org.za/ancdocs/history/rivonia.html acessado em 21de abril de 2010)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812654/CA

(Price, 1991, p.24). Uma vez no exílio e com a repressão interna, o ANC passou a se dedicar ao treinamento de guerrilheiros para organizar uma resistência armada no exterior, recrutando voluntários principalmente na Tanzânia e em Zâmbia. Mandela explicou como ocorreu a mudança no 'julgamento de Rivonia':

> I started to make a study of the art of war and revolution and, whilst abroad, underwent a course in military training. If there was to be guerrilla warfare, I wanted to be able to stand and fight with my people and to share the hazards of war with them. Notes of lectures which I received in Algeria are contained in Exhibit 16, produced in evidence. Summaries of books on guerrilla warfare and military strategy have also been produced. I have already admitted that these documents are in my writing, and I acknowledge that I made these studies to equip myself for the role which I might have to play if the struggle drifted into guerrilla warfare. I approached this question as every African Nationalist should do. I was completely objective. The Court will see that I attempted to examine all types of authority on the subject - from the East and from the West, going back to the classic work of Clausewitz, and covering such a variety as Mao Tse Tung and Che Guevara on the one hand, and the writings on the Anglo-Boer War on the other. Of course, these notes are merely summaries of the books I read and do not contain my personal views[8].

O sucesso do Partido Nacional em assegurar a supremacia branca foi combinado com a rápida ascensão social e econômica dos africânderes. Uma comunidade que foi, na primeira metade do século XX, marginalizada e proletarizada, se transformou, em duas décadas, numa classe média burocrática. Os anos 1960 testemunharam um crescimento anual de 6% e a emergência da indústria manufatureira como setor dominante da economia, como demonstra a tabela abaixo:

Tabela 3: Contribuições dos setores para a economia nacional (porcentagem) (Price, 1991, p.29).

Year	*Agriculture*	*Mining*	*Manufacturing*	*Commerce*	*Other*
1940	11.8	22.8	17.5	14.3	33.6
1945	12.3	14.4	19.9	14.1	39.3
1950	17.8	13.3	18.3	14.7	35.9
1955	15.1	12.3	20.4	15.3	36.9
1960	12.1	13.8	20.7	14.1	39.3
1965	10.2	12.7	23.5	14.2	39.4
1970	8.3	10.3	24.2	15.1	42.1

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812654/CA

3.4.1. Os Quatro choques dos anos 1970

Robert Price (1991) explica os 4 choques que minaram a estabilidade do governo africânder no decorrer da década de 1970: a estagnação econômica, a transformação regional, a convulsão social e a repercussão internacional.

A emergência da indústria manufatureira como setor líder na economia sul-africana teve profundas implicações sociológicas e econômicas para o sistema de apartheid. Sociologicamente, o rápido crescimento da indústria debilitou a meta do governo de prevenir o desenvolvimento de uma larga e permanente população africana vivendo nas cidades. O tamanho da população vivendo nas áreas reservadas aos brancos triplicou nas duas primeiras décadas de apartheid, de 1.6 milhões para mais de 5 milhões (Price, 1991, p.28). O êxito da mineração e da agricultura era ligado à habilidade do governo em garantir o fornecimento de mão de obra barata, desqualificada e abundante. Em contraste com a mineração e a agricultura, a indústria manufatureira requer uma força de trabalho tecnicamente treinada e educada.

Enquanto a demografia sul-africana se transformava e as forças do desenvolvimento econômico mudavam os requerimentos de trabalho para uma mão de obra africana tecnicamente capacitada, a burocracia do apartheid trabalhava implacavelmente para obstruir a educação dos negros. O resultado de uma educação de péssima qualidade para os negros e o sistema de controle dos fluxos populacionais foi o aumento gradativo dos custos da produção industrial (Price, 1991, p.32). Trabalhadores nas áreas urbanas eram presos e removidos para as *homelands* rurais, somente para retornar para as cidades ilegalmente, renovando o ciclo "trabalho - detenção - retorno".

Uma terceira contradição entre o crescimento da indústria manufatureira e o sistema de apartheid diz respeito ao tamanho do mercado. Diferentemente da indústria mineradora, que é voltada para a exportação, a indústria manufatureira sul-africana é gerida para prover bens ao mercado interno e o mercado tem sua expansão coibida com as políticas de repressão ao trabalho, promovidas pelo Estado. Essa contradição revela-se, principalmente, com a indústria automobilística (Price, 1991, p. 33). Esses obstáculos para a expansão industrial

[8] http://www.anc.org.za/ancdocs/history/rivonia.html acessado em 21de abril de 2010.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812654/CA

sul-africana revelaram-se contundentemente na década de 1970, quando a média anual do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi de 3,6%, enquanto nos anos 1950 foi 4,8% e nos anos 1960 foi 5,6% – crescimento só rivalizado pelo Japão entre as economias industriais. A taxa de crescimento dos anos de 1975 e 1976, respectivamente, foi de apenas 2,1% e 1,4%, o que representou o pior crescimento bi-anual em trinta anos (Price, 1991, p.34). A extensão da vulnerabilidade da economia sul-africana em relação ao "choque do petróleo" e a ausência de uma recuperação no médio prazo podem ser atribuídas aos defeitos estruturais criados pela política segregacionista do Partido Nacional.

Grupos de interesse manufatureiros e comerciais periodicamente reivindicavam o menor controle da força de trabalho pelo Estado, exigindo políticas favoráveis para a estabilização da mão de obra urbana negra. O governo do Partido Nacional, com o apoio dos interesses mineradores e agricultores, procurou fortalecer o controle estatal e evitar a estabilização de uma sociedade urbana negra.

Durante os anos 1970, o ambiente social e econômico na África do Sul se transformou de uma maneira que intensificou as contradições do regime segregacionista, com novas implicações para a manutenção da supremacia branca pelo Partido Nacional. Na terceira década de apartheid, os problemas das políticas segregacionistas revelaram-se no campo econômico, com escassez de mão de obra qualificada, baixos níveis de produtividade, déficits em balança de pagamentos, saturação do mercado e subutilização do parque industrial. Como resultado, a política de segregação racial passou a ser contestada por correntes internas do Partido Nacional, que exigiam uma reforma no 'pequeno apartheid' como forma de salvar o governo. Com os acontecimentos sociais domésticos, regionais e internacionais, a agenda de reforma tornou-se inescapável para a sobrevivência do regime, sendo a principal plataforma política do governo Botha, que assumiu no final da década de 1970.

Na segunda metade dos anos 1970, a relação da África do Sul com seus vizinhos exibiu um interessante paradoxo. Apesar da esmagadora superioridade econômica e tecnológica da África do Sul, Pretória[9] passou a ser incapaz de controlar o curso dos eventos políticos regionais que ocorriam, principalmente,

[9] Capital administrativa da África do Sul.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812654/CA

com a derrocada do colonialismo português, desencadeada com a Revolução dos Cravos em 25 de abril de 1974 (Pereira, 1987, p.39). A partir desse marco, a política do Partido Nacional para as relações regionais na África austral tornou-se mais agressiva. O país lançou campanhas de desestabilização e invasões a países vizinhos e articulou alianças com movimentos rebeldes, como a União Nacional pela Independência Total de Angola (UNITA), atuando em Angola contra o governo socialista do Movimento Pela Libertação de Angola (MPLA), e a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), atuando em Moçambique contra o governo socialista da Frente pela Libertação de Moçambique (FRELIMO).

Na década de 1960, a África do Sul tinha uma relação de proximidade com Angola, Moçambique, Rodésia e Namíbia (administrada pela própria África do Sul), todos com governos de minoria branca. Esse quadro geopolítico configurou um '*cordon sanitaire',* delimitando uma zona de neutralização das forças do nacionalismo africano e poder político negro que emanavam do norte do continente. Por isso o exílio do ANC foi estabelecido distante das fronteiras da África do Sul, na Zâmbia e na Tanzânia. Na esteira da queda da ditadura salazarista em Portugal, Moçambique e Angola tornaram-se independentes, ambos com governos marxistas, contrários ao apartheid, com laços estreitos com o ANC e contando com a assistência diplomática, econômica e militar da União Soviética (URSS). A resposta de Pretória foi o apoio militar para as duas facções opostas ao MPLA em Angola, a Frente de Libertação Total de Angola (FNLA) e a UNITA, e a RENAMO em oposição a FRELIMO em Moçambique.

Em outubro de 1975 as forças militares sul-africanas invadiram Angola pelo território da Namíbia (Price, 1991, p.40). Com o apoio das tropas cubanas e a assistência militar soviética, e com o distanciamento dos EUA[10], Pretória retirou-se da batalha, e, em janeiro de 1976, o contingente militar sul-africano já havia recuado para as fronteiras da Namíbia com Angola. Após a independência de Angola, um novo movimento de guerrilha africano foi organizado com a ajuda soviética e operando em solo angolano, o *South West Africa People's Organization* (SWAPO), que se engajou na luta armada pela independência da Namíbia.

[10] Em dezembro de 1975 o Congresso dos EUA proibiu a CIA de prover assistência militar para a FNLA e para a UNITA.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812654/CA

Na segunda metade da década ocorreu o colapso do domínio branco na maior parte da África austral e o '*cordain sanitaire*' foi extinto. Os governos conservadores brancos que eram aliados de Pretória foram substituídos por governos radicais de esquerda declaradamente opostos ao apartheid; Cuba e URSS se envolveram profundamente na região; O ANC, vinculado aos partidos de situação em Moçambique e Zimbábue, pôde alocar por seus quadros nas fronteiras da África do Sul; e a SWAPO, com suas bases em Angola, poderia fazer o mesmo em respeito à Namíbia. O resultado de toda essa conjuntura regional foi a corrida armamentista, conforme exposto na figura abaixo:

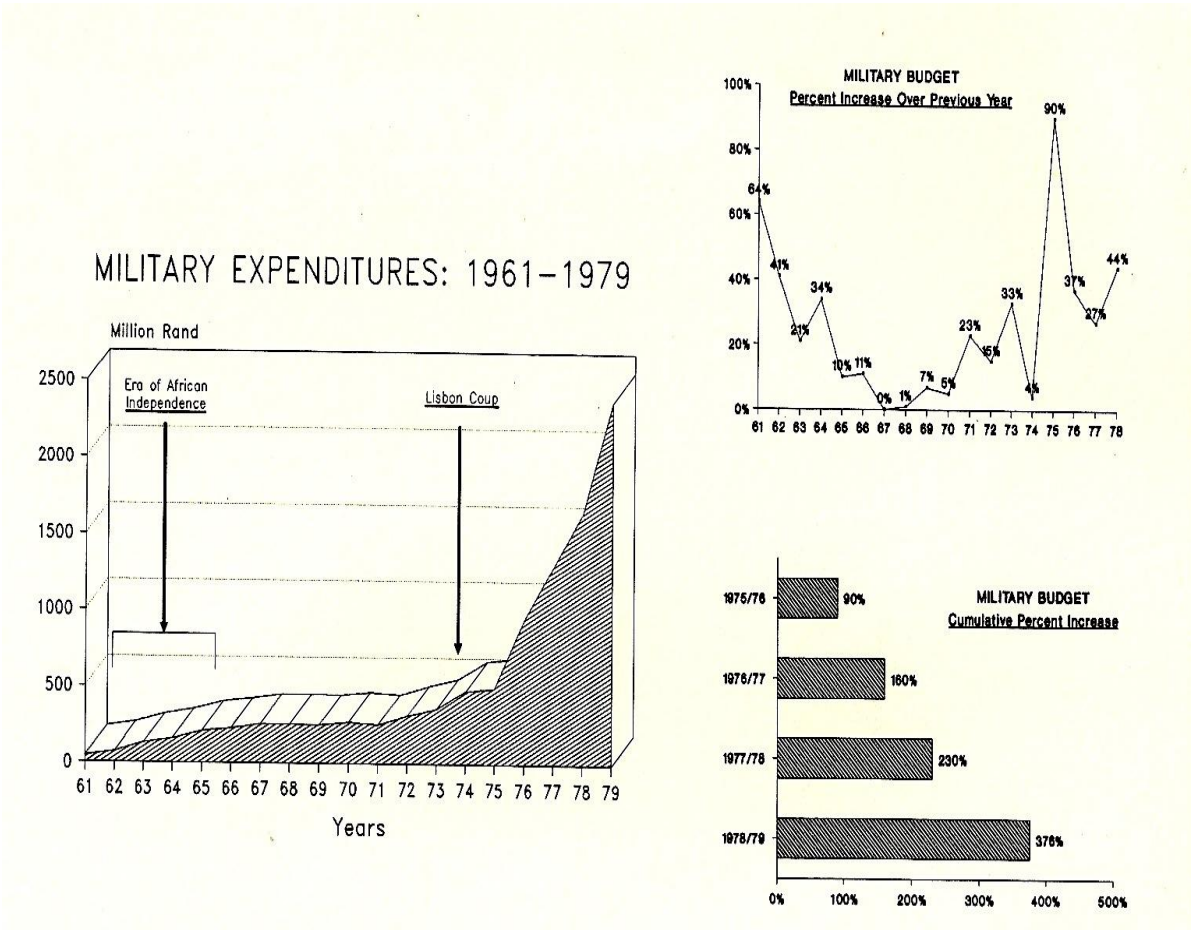


Figura 2: os gastos militares na África austral (Price, 1991, p.44)

Sob o apartheid, apenas brancos podiam se alistar. Com a escassez de soldados, os militares transformaram-se em mais uma força social sensível aos elementos contraproducentes do apartheid e vieram a ser um importante *lobby* para sua reforma.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812654/CA

O quadro social sul-africano também sofreu intensas transformações. Em 16 de junho de 1976, estudantes negros protestavam por causa da obrigatoriedade de aprender o *afrikaans*, língua oficial dos africânderes, nas escolas. A polícia disparou contra os estudantes e dezenas de jovens perderam suas vidas. O dia marcou um ponto importante na luta contra o governo racista e criou uma nova consciência política na juventude sul-africana. Nos meses seguintes, as revoltas estudantis, com apoio de moradores, se proliferaram nos guetos sul-africanos, e o governo reprimiu violentamente os levantes. A série de rebeliões, conhecidas como 'Revolta de Soweto', não teve precedentes em escopo e duração. Na medida em que a revolta se expandia geograficamente, aprofundava-se sociologicamente com adesão de diversas classes e diversificava-se taticamente. De acordo com estimativas oficiais, 570 pessoas foram mortas entre junho e dezembro de 1976, e 21.534 pessoas foram presas entre julho de 1976 e junho de 1977 (Price, 1991, p.48).

A Revolta de Soweto foi propiciada pelo fortalecimento da militância negra ao apartheid durante a primeira metade da década de 1970. A geração dos anos 1950, no limbo após a violência do governo no Massacre de Sharpeville, deu lugar a uma geração nova, originada na cena urbana. A política educacional do apartheid, que em 1959 segregou o estudo universitário no país, propiciou o nascimento do movimento da 'Consciência Negra' no final dos anos 1960. Estudantes universitários segregados nas áreas rurais das *homelands* se organizaram e criaram, em 1969, a *South African Students Organization* (SASO), ligando estudantes às universidades negras, e, em 1972, a *Black People's Convention* (BPC), que almejava difundir a 'Consciência Negra' nas comunidades. Nenhuma das duas organizações esteve diretamente envolvida com a Revolta de Soweto, mas os estudantes de ensino médio[11], que iniciaram os protestos sem uma liderança estabelecida[12], foram influenciados pela tradição intelectual da 'Consciência Negra' (Price, 1991, p. 50).

Além disso, a erupção da Revolta de Soweto ocorreu em um contexto de significativas mudanças regionais, apresentado anteriormente. Os eventos regionais demonstraram que o domínio branco não era imbatível e criaram entre

[11] Nossa tradução para *secondary schools.*

[12] A organização *Soweto Student Representative Council* (SSRC) propiciou uma liderança rudimentar para os levantes de 1976.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812654/CA

os jovens sul-africanos uma atmosfera de esperança e expectativa sobre o fim da supremacia do Partido Nacional (Price, 1991, p.52)

A figura abaixo representa em forma esquemática a interação dos elementos que produziram os levantes urbanos de 1976, quais sejam, a crise econômica estrutural do apartheid; o surgimento do movimento 'Consciência Negra' e respectivas organizações; e as transformações regionais:

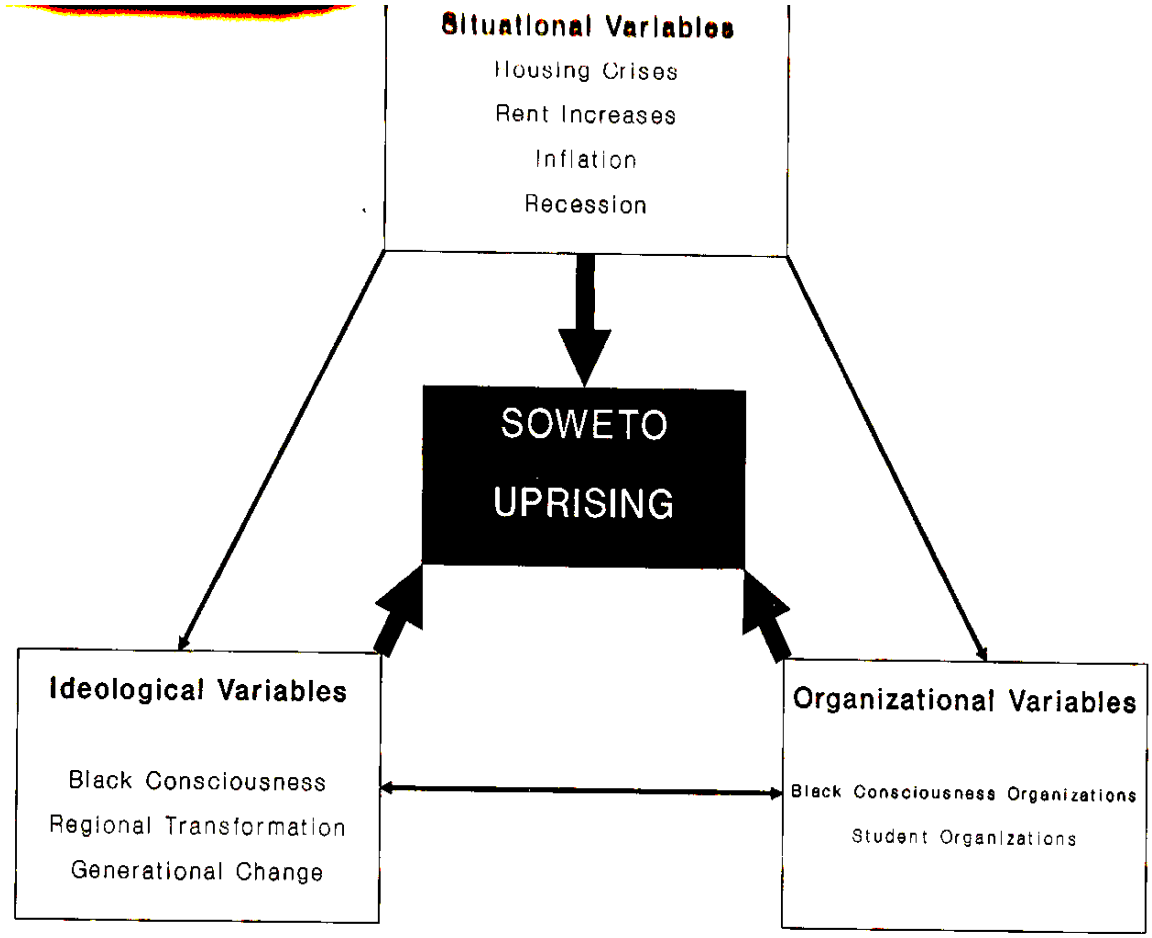


Figura 3: Revolta de Soweto (Price ,1991, p.57)

O impacto imediato da Revolta de Soweto sobre o Estado segregacionista não foi significativo. As forças de segurança não foram ameaçadas e os custos dos conflitos não afetaram o bem-estar da minoria branca. Entretanto, novas dinâmicas foram introduzidas na realidade sul-africana. A coesão ideológica dos africânderes, marca da comunidade nos anos 1960, foi desintegrada (Price, 1991, p.59). O ANC, que não desempenhou papel relevante nos levantes, pode sair do limbo do exílio. A repressão da Revolta de Soweto teve um efeito paradoxal no

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812654/CA

suprimento de recrutas para a luta armada: com o ambiente regional favorável, a capacidade do ANC de treinar refugiados da repressão do governo sul-africano aumentou exponencialmente. Como efeito, a frequência de ataques e de sabotagem contra linhas de trem, prédios do governo sul-africano, instalações industriais, depósitos, entre 1981 e 1984, triplicou. Os três anos entre a repressão de Soweto e o aumento dos ataques indicam o lapso de tempo durante o qual os 'exilados de Soweto' foram recrutados e treinados pela MK (Price, 1991, p.61).

A repressão do governo com o fito de restabelecer a ordem e a lei levou ao banimento das organizações da 'Consciência Negra' em 1977, à detenção de proeminentes líderes, e à morte de Steve Biko sob a custódia da polícia. Biko foi fundador e líder do movimento 'Consciência Negra'. Esses fatos foram noticiados por todo o mundo via mídia eletrônica e impressa. As reações de governos e organizações aos eventos sul-africanos definiram um novo cenário internacional para o governo sul-africano, o que constitui, segundo a perspectiva de Price, o quarto choque contra o apartheid na década de 1970.

A Revolta de Soweto e sua repressão brutal galvanizaram a atenção pública internacional e enfatizaram o *status* de pária da África do Sul perante a comunidade internacional. Price explica que:

> Since the mid-1960s the South African government had worked carefully, and with considerable success, to create cooperative diplomatic and strategic cooperation between itself and the Western powers – in particular the United States. Soweto and its repressive aftermath sharply reversed this process, producing the greatest diplomatic estrangement of South Africa from the West in that country's modern history. This was clearly manifested at the United Nations (1991, p.62).

A ONU manifestou-se criando embargos obrigatórios à venda de armas para a África do Sul, em um momento de inflexão das potências ocidentais com poder de veto no Conselho de Segurança (EUA, França e EUA). A Revolta de Soweto de 1976 e a escalada da violência na região austral da África foram os principais motivadores dessa resolução que determinou a única sanção estratégica obrigatória da ONU contra o apartheid (no capítulo 4 o papel da ONU na rede de ativismo transnacional antiapartheid será analisado) e a primeira sanção obrigatória decretada contra um país-membro. Diversas campanhas e protestos de sociedades civis proliferaram-se após a Revolta de Soweto, com destaque para as campanhas de desinvestimento lideradas por universidades norte-americanas (as quais serão estudadas também no capítulo 4).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812654/CA

A crise econômica sul-africana, os acontecimentos regionais e a Revolta de Soweto não podem ser dissociados e são elementos fundamentais para explicarmos a nova onda de protesto internacionais contra o apartheid. A primeira sanção obrigatória da ONU revelou que até os principais parceiros da África do Sul estavam dispostos a agir contra o governo de Pretória. A análise de Price sobre os 4 choques da década de 1970 pode ser adaptada para a nossa leitura sobre a rede de ativismo transnacional antiapartheid, visto que os acontecimentos domésticos, regionais e internacionais são analisados como dinâmicas dentro da conceituação da rede de ativismo transnacional e de suas estratégias, como o efeito-bumerangue. Apenas o choque econômico, desencadeado mais pelas contradições entre sistema de apartheid e a modernização industrial e anterior aos choques doméstico, regional e internacional, não está diretamente relacionado às ações do ativismo transnacional em rede. Na análise de Price, os choques e suas consequências afetaram e reforçaram uns aos outros, como um efeito de ressonância, conforme figura abaixo:

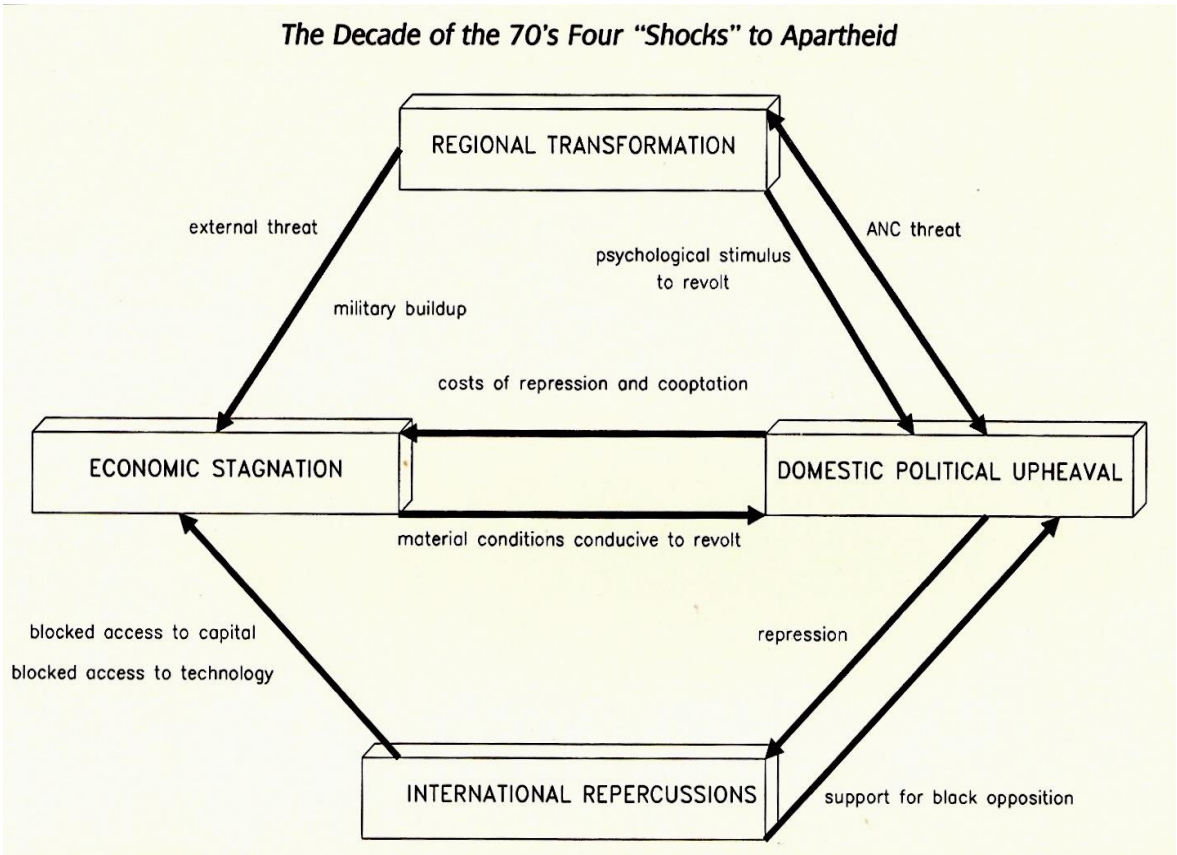


Figura 4: o início da crise do Apartheid (Price, 1991, p.72)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812654/CA

Em meio à crescente pressão internacional, o governo colocou em prática a nova estratégia política do 'desenvolvimento separado', prevista na planilha ideológica do apartheid. Segundo a propaganda do governo, as *homelands* seriam gradativamente emancipadas como Estados independentes e os negros africanos seriam cidadãos plenos e livres em suas respectivas nações (Ozgur, 1982, p.146). A primeira *homeland* declarada independente foi Transkei, em 1976. Em 1977 foi a vez de Bophuthatswana. No governo seguinte, Venda, em 1979, e Ciskei, em 1981, também foram declaradas Estados independentes. Essas *homelands* se transformaram em 'Estados-fantoches', pois nenhuma delas obteve o reconhecimento internacional necessário para obterem a formalização da independência.

No final dos anos 1970, o apartheid, que havia sido um meio para perpetuar a supremacia branca, veio a representar uma ameaça a ela. Nesse contexto torna-se compreensível a afirmação do líder africânder Pieter Willem Botha para os brancos sul-africanos de que o apartheid era a receita para a revolução e o governo deveria se adaptar ou morrer (Price, 1991, p.73).

3.4.2. A década de 1980: o caminho para as negociações

Mesmo com esse discurso, o novo governo do Partido Nacional, liderado por Botha a partir de 1978, realizou apenas reformas políticas periféricas, dentro do 'pequeno apartheid', sem conceder aos negros o direito ao voto, o direito de livre locomoção e a liberdade aos líderes políticos presos, principalmente Mandela. Após o fracasso da política de 'desenvolvimento separado' como estratégia de convencimento da comunidade internacional quanto à reforma do apartheid, o governo Botha elaborou o plano de 'estratégia total' (Terreblanche, 2002, p.308). As mudanças internas propostas por Botha não representaram nenhum movimento em direção a abertura do regime. Foram, na verdade, táticas de cooptacão para manutenção da estrutura de poder (Ozgur, 1982, p.146).

O regime africânder expandiu suas ferramentas de publicidade para persuadir a opinião pública mundial de que reformas estavam sendo realizadas na África do Sul (United Nations, 1994, p. 34). Em 1983 o governo anunciou o

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812654/CA

projeto de uma nova constituição, aprovada por um referendo, no qual só brancos votaram, no dia 2 de novembro de 1983. Motivada pela insatisfação popular diante da nova Constituição, que continuava a excluir a participação política de negros, a sociedade civil sul-africana se articulou para fundar o *United Democratic Front* (UDF), uma aliança de organizações antiapartheid representando milhões de pessoas (United Nations, 1994, p.34). A indignação crescente dos negros expandiu a mobilização civil e o governo respondeu violentamente. A sociedade civil sul-africana se mobilizou de forma mais coordenada e com participação mais ampla de diversos setores. Pereira explica a nova dimensão dos protestos:

> enquanto em Soweto os estudantes estavam isolados do resto da população e tinham que defrontar as balas da polícia, hoje as suas organizações trabalham em estreita colaboração com os sindicatos, igrejas, associações comunitárias e organizações políticas (Pereira, 1987, p.34).

Neto também apresenta uma explicação pertinente:

> Na década de 1980, a luta civil alcançou todas as camadas sociais na África do Sul, indo além dos protestos trabalhistas e estudantis que marcaram Sharpeville e Soweto, respectivamente. O declínio econômico e o novo cenário de turbulências e incertezas na região contribuíram para ressuscitar divergências entre os africânderes. De um lado estavam os *verligt* ("esclarecidos"), liderados por Vorster; de outro, os *verkrampt* ("linha-dura") (Neto, 2010, p.54).

A figura abaixo demonstra precisamente a maior complexidade dos movimentos civis articulados na década de 1980, em comparação com os marcos de Sharpeville e Soweto:

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812654/CA

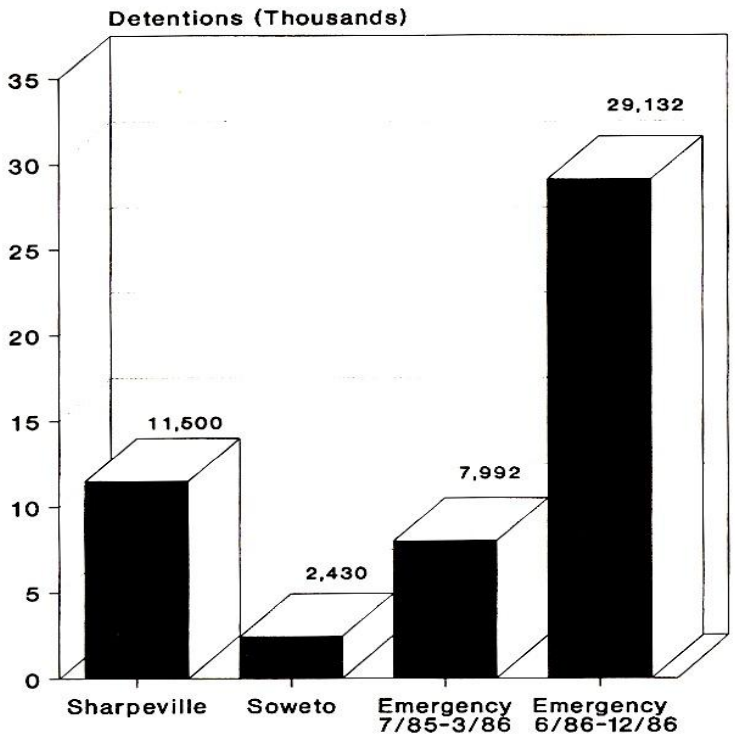


Figura 5: Períodos de repressão – numero de pessoas detidas (Price, 1991, p.259)

A sofisticação do ativismo antiapartheid pela sociedade civil sul-africana foi simbolizada pelo nascimento de uma nova organização civil, de âmbito nacional: a UDF foi fundada como uma federação de 570 diferentes organismos, que iam desde clubes de ciclismo até sindicatos, com membros de todas as raças. Sua estrutura era deliberadamente planejada para tornar sua liderança menos vulnerável e para alastrar-se por todo o país (Sampson, 1988, p. 175). A UDF foi a primeira organização de massa da oposição negra desde o banimento do ANC e do PAC em 1960 (Terreblanche, 2002, p.176)

As revoltas da década de 1980 foram mais coesas, mais bem organizadas e também mais violentas do que os movimentos anteriores. Após decretar estado de emergência, Botha sentenciou o isolamento total do regime africânder e a condenação implacável dos seus aliados mais expressivos – os EUA, por exemplo, impuseram sanções em 1986 - com forte clamor dos ativistas antiapartheid nas diversas coalizões transnacionais, as quais analisaremos no capítulo 4 dessa dissertação. “Em um ambiente de ingovernabilidade e estagnação econômica, o Partido Nacional decidiu começar a estabelecer contatos com

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812654/CA

Mandela, os quais o líder considera, em sua autobiografia, como um prelúdio de negociações genuínas[13]" (Neto, 2010, p.55).

O numero de organizações civis negras se multiplicou, assim com as greves articuladas pelas uniões de comércio, conforme a figura 6 e a tabela 4, reproduzidas abaixo:

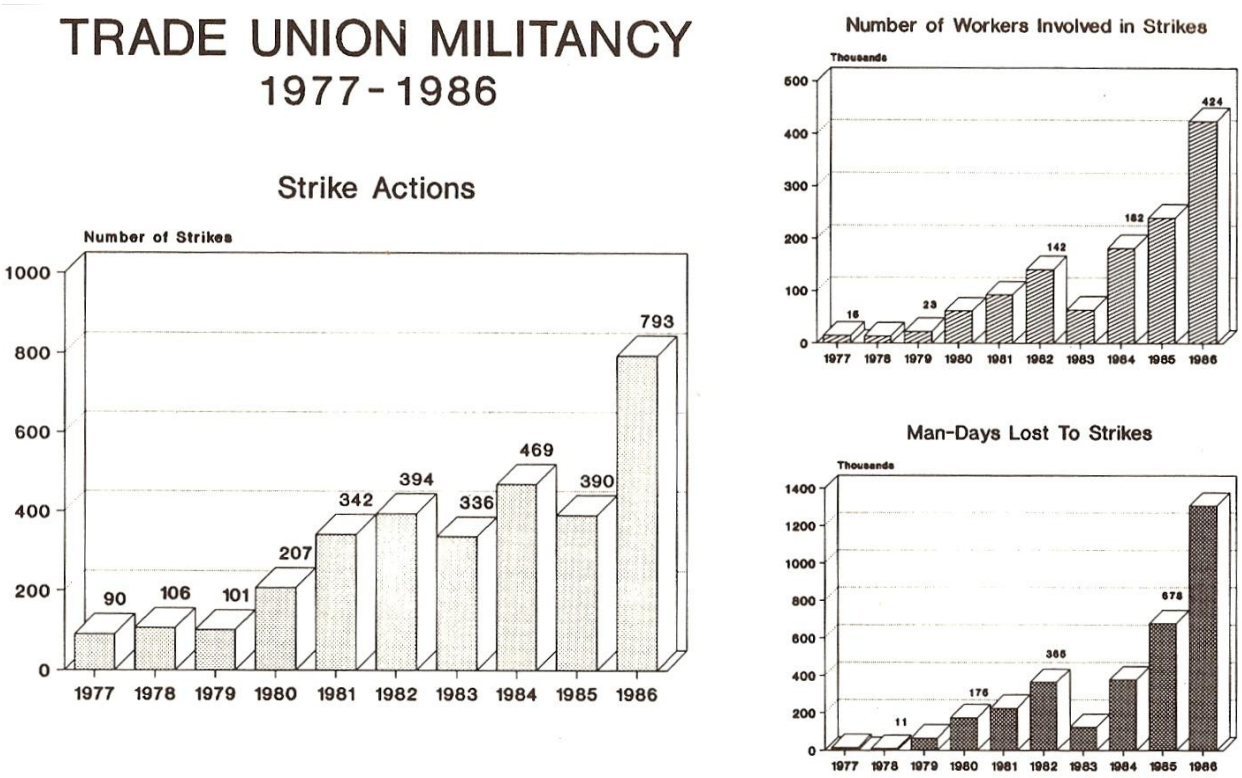


Figura 6: Greves de 1977 a 1986 (Price, 1991, p. 163)

[13] Cf. MANDELA, 1984.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812654/CA

Tabela 4: Organizações comunitárias negras (Price, 1991, p.172)

Organization	*When Formed*	*Area*	*Region*	*Formative Issue*
Committee of Ten	June 1977	Soweto	Transvaal	community councils
Soweto Civic Assoc. (SCA)	September 1979	Soweto	Transvaal	rent increases
Port Elizabeth Black Civic Organization (PEBCO)	October 1980	Port Elizabeth Townships	Eastern Cape	rent increases; forced removals
Durban Housing Action Committee	1979	Durban Townships	Natal	rent increases
Cape Areas Housing Action Committee (CAHAC)	September 1980	Western Cape Colored and African towns	Western Cape	rent increases
Border Civic Organization	1980	Uitenhage Grahamstown	Eastern Cape	rent increases
Bus Boycott Committee	1982	Lamontville (Durban)	Natal	transportation costs
Joint Rent Action Committee (JORAC)	1983	Durban Townships	Natal	rent increases
Ekangala Action Committee	1983	East Rand	Transvaal	bus fares; incorporation
Cradock Residents Association	1983	Lingelihle (Cradock)	E. Cape (Great Karoo)	rent increases; council elections
Vaal Civic Association	1983	Sebokeng Sharpeville	Vaal Triangle	rent increases; council elections

Quando o presidente Botha visitou países ocidentais em 1984, ele encontrou diversas demonstrações de massa organizadas por movimentos antiapartheid (United Nations, 1994, p.35), o que demonstrou o fracasso da política publicitária do apartheid. O governo tentou apaziguar os levantes populares negociando a libertação de Nelson Mandela.

Em fevereiro de 1985, a UDF organizou um evento para comemorar a condecoração do Bispo Tutu com o Nobel da Paz, no *Jabulani Stadium*, em Soweto. A população esperava a resposta de Mandela quanto à oferta de liberdade de Botha em troca do fim da luta armada. O líder não aceitou as condições de Botha e recusou a liberdade. A filha, Zindzi Mandela, leu suas palavras: "Only free men can negotiate. Prisoners cannot enter into contracts. I cannot and will not

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812654/CA

give any undertaking at a time when I and you, the people, are not free. Your freedom and mine cannot be separated. I will return[14].”

Face à complexificação dos movimentos civis, o presidente Botha aumentou a repressão policial contra os negros e as possibilidades de escalada da violência e até de uma guerra civil se tornaram reais. Em julho de 1985 o estado de emergência parcial (em algumas regiões) foi declarado, e, no ano seguinte, Botha radicalizou o aparato repressivo do Estado, com a declaração de um estado de emergência nacional (Terreblanche, 2002, p.310). Anthony Sampson visitou o país e descreveu a situação:

> Em junho de 1986, Joanesburgo e sua contraparte oculta, Soweto, estavam no centro da crise que fora a causa imediata do estado de emergência declarado, pouco antes das planejadas celebrações do décimo aniversário do levante em Soweto. Eu voara para lá pouco antes para rever a cidade magnética onde, trinta anos antes, me movimentava sem grande dificuldade entre o mundo dos negros e dos brancos. Agora, parecia haver uma declaração de guerra entre ambos. Na segunda-feira desse aniversário, centro da cidade lembrava uma cidade fantasma, com lojas fechadas, ruas vazias e jovens policiais de boné azul manuseando seus fuzis: só uma loja de armas estava funcionando intensamente. Jornais e noticiários de televisão ofereciam propaganda governamental e extensas coberturas esportivas. O *Financial Times* vinha de Londres com sua matéria de primeira página censurada. Todas as estradas que levavam a Soweto, a apenas dezesseis quilômetros de distância, haviam sido bloqueadas pela polícia, que vasculhava todos os carros, enquanto as linhas telefônicas para Soweto estavam mudas “por razões técnicas”. Aquele lugar parecia mais remoto para a população branca do que Berlim oriental em relação ao Ocidente. O presidente Botha acabara de declarar obsoleto o apartheid; mas em sentido geográfico o apartheid nunca fora tão efetivo (Sampson,1988, p.26).

O agravamento da crise econômica foi inevitável e a economia sul-africana atravessou a década de 1980 com um cenário de estagflação (Terreblanche, 2002, p.311). Os gráficos abaixo demonstram os péssimos números da economia sul-africana:

[14]Discurso acessível no *site* http://db.nelsonmandela.org/speeches/pub_view.asp?pg=item&ItemID=NMS013&txtstr=freedom acessado no dia 02 de abril de 2010.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812654/CA

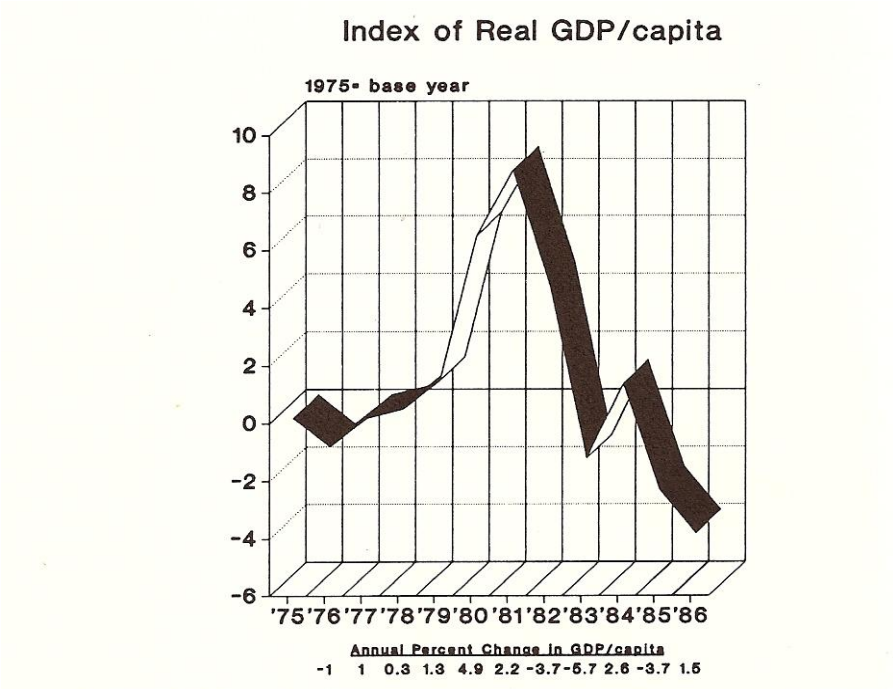


Figura 7: Performance da economia sul-africana, 1976-1986 (Price, 1991, p.158)

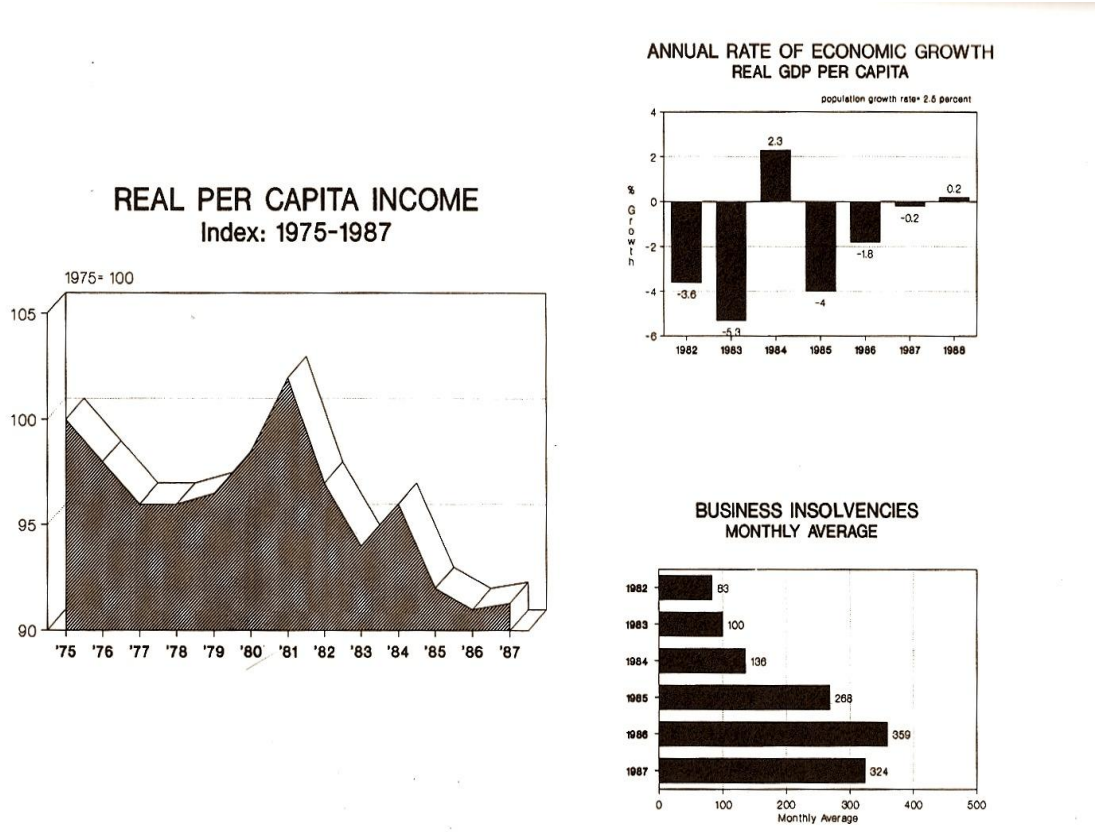


Figura 8: O declínio econômico na década de 1980 (Price, 1991, p.231)

Somada à crise econômica e à coordenação da sociedade civil, a luta armada foi muito intensificada. O ANC aumentou os ataques na medida em que o governo

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812654/CA

africânder reprimiu violentamente os levantes populares. O gráfico reproduz os dados do aumento dos ataques:

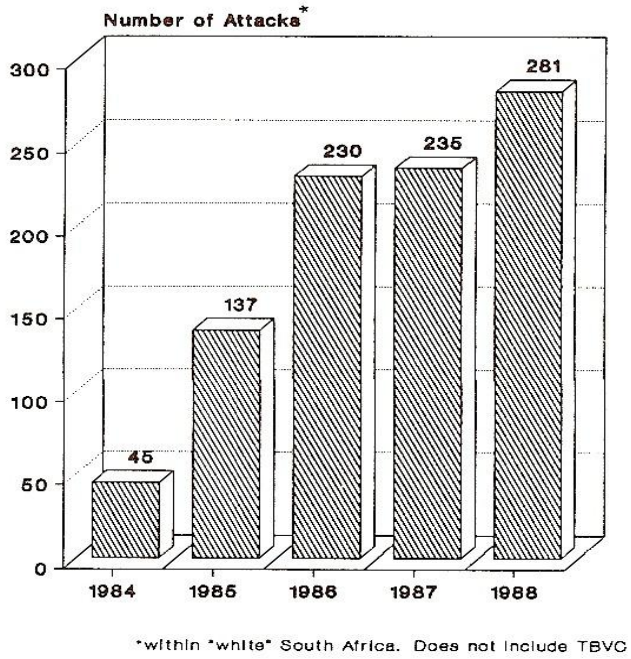


Figura 9: ataques do ANC, 1984-1988 (Price, 1991, p.269)

Price elaborou um interessante esquema analítico que traça o caminho para as negociações entre o Partido Nacional e o ANC. As variáveis interdependentes para o processo de transição política negociada são: o aumento da resistência armada e da mobilização civil; a deterioração do padrão de vida dos africânderes; o bloqueio internacional crescente:

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812654/CA

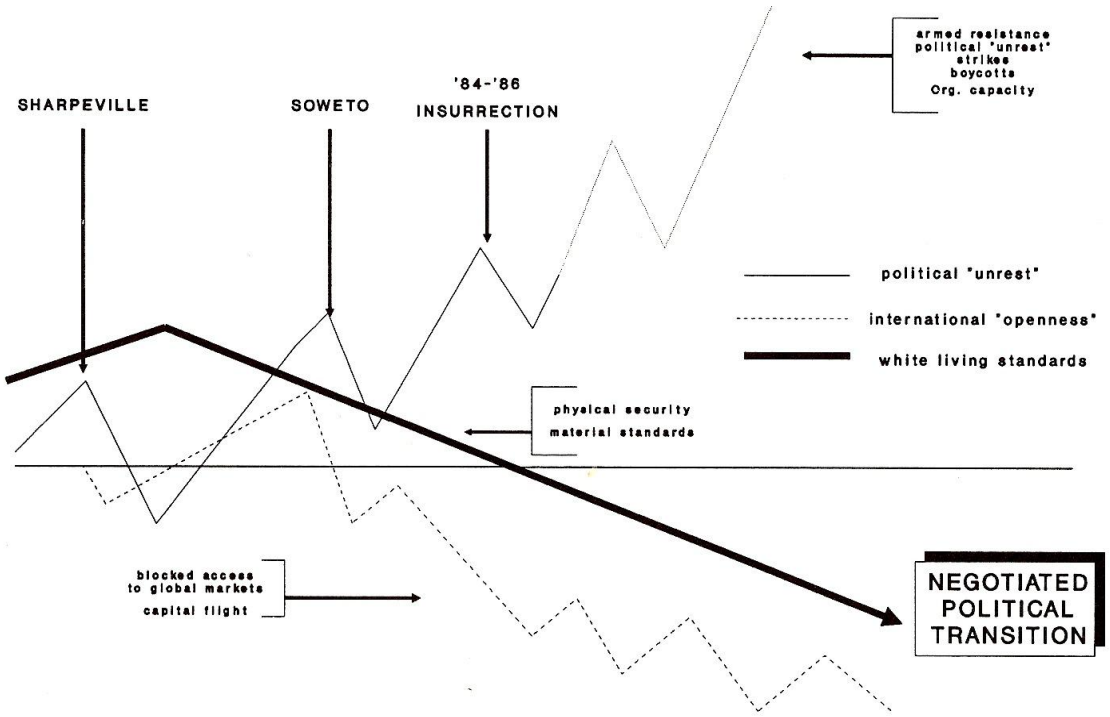


Figura 10: A caminho das negociações (Price, 1991, p.229)

A situação regional também foi modificada na década de 1980. Após a independência de Zimbábue em 1980, Moçambique se transformou no ponto focal da estratégia do regime africânder. O governo da FRELIMO em Moçambique era visto como o maior facilitador das atividades da ANC e infiltração de guerrilheiros na África do Sul. Nesse sentido, o regime segregacionista disponibilizou recursos para apoiar a RENAMO e desencorajar o apoio de Moçambique ao ANC. Em 1984, no acordo de Nkomati, Moçambique aceitou expulsar o ANC do país em troca do fim do apoio sul-africano à RENAMO (Klotz, 1995a, p.85).

Ainda assim, as dificuldades sul-africanas se revelaram em 1988, quando tropas do regime africânder foram derrotadas em Angola. Um acordo de armistício em dezembro de 1988 entre Angola, Cuba e África do Sul abriu caminho para a independência da Namíbia (Mutambirwa, 1989, p. 109). Em 1989, com a consolidação da independência da Namíbia e a eleição de Frederik Willem de Klerk, as condições para a reconciliação regional melhoraram consideravelmente (Klotz, 1995a, p.89).

O sucessor de Botha, F.W. de Klerk, ao assumir o poder em 1989, priorizou a libertação dos prisioneiros políticos e a legalização dos partidos. Em outubro de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812654/CA

1989, o governo da África do Sul decidiu libertar sete proeminentes presos políticos, entre eles Walter Sisulu. F.W. de Klerk legalizou o ANC, o PAC e o SACP e encerrou as restrições para a UDF e outros grupos internos. Em 12 de fevereiro de 1990, Nelson Mandela foi libertado (Marx, 1992, p.229). O estado de emergência foi suspenso; a legislação base do apartheid, como o *Group Areas Act* e a lei do passe, foi abolida; a Namíbia se tornou independente; as negociações com o ANC e Mandela foram oficializadas.

Apesar das mudanças significativas, o desmantelamento da máquina segregacionista foi uma estratégia de F.W. de Klerk para manter a elite branca no poder. O governo F.W. de Klerk procurou um acordo com o ANC para atrair novamente o capital estrangeiro e permitir o crescimento econômico (Marx, 1992, p.229). De 1990 até as eleições de 1994, o país passou por diversas turbulências sociais, com a iminência de uma guerra civil e o governo se prontificou a responsabilizar Mandela pelo descontrole da violência; dessa forma, criou dúvidas sobre a capacidade de governo do líder da nação. Mandela e o ANC tiveram que enfrentar a polarização de representações negras e brancas. De um lado, o partido zulu Inkatha, liderado por Chief Mangosuthu Gatsha Buthelezi (governador da *homeland* de Kwazulu), assumiu uma posição mais radical, incentivando a revolução armada e a não negociação com os africânderes. De outro lado, a juventude nazista do Partido Nacional rechaçava as negociações com os líderes negros, e o principal grupo com retórica neofascista era o *Afrikaner Resistance Movement* (AWB), fundado em 1973 por Eugenie Terreblanche (Marx, 1992, p.228).

O governo relatou que a violência no país era resultado dos confrontos entre negros do Inkatha contra o ANC. Mandela respondeu acusando o governo de incentivar os conflitos e empregar esquadrões da morte por todo o país. Um escândalo em 1991, conhecido como "Inkatha-gate", revelou que o Inkatha estava recebendo dinheiro do governo sul-africano para aumentar a instabilidade social (Klotz, 1995 a, p.161; Marx, 1992, p. 231). A estratégia derradeira dos africânderes era alimentar a violência social e, em um contexto de guerra civil, suspender as negociações com o ANC. Todavia, o caminho para a abertura foi inevitável. Em abril de 1991, o ANC e o PAC anunciaram o acordo para formar uma 'frente patriótica' e liderar a democratização da África do Sul (Marx, 1992, p. 231).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812654/CA

Apesar dos contratempos, a África do Sul movia-se inexoravelmente para um governo de maioria. Entre 1989 e 1993, o governo libertou Nelson Mandela e outros prisioneiros políticos, legalizou partidos, repeliu o *Group Areas Act* e o *Population Registration Act*, e aceitou negociar com os movimentos de libertação negros sem pré-condições (Nesbitt, 2004, p.169). Essas medidas se sobrepuseram a qualquer plano de perpetuação da minoria branca no poder.

Nelson Mandela se tornou uma das personalidades mais requisitadas em todo o mundo e a legitimidade de sua liderança foi reconhecida em uma excursão por 34 países ocidentais, para combater a publicidade negativa engendrada pela violência na África do Sul (Nesbitt, 2004, p.159). A premiação de Nelson Mandela e F.W. de Klerk com o Prêmio Nobel da Paz em 1994 foi essencial para que as eleições no mesmo ano transcorressem de forma pacífica, contrariando os prognósticos. Mandela venceu as eleições com 62,65% dos votos e iniciou um governo de unificação nacional, que ficou marcado pelo perdão e pela reconciliação, mas jamais pelo esquecimento da trágica história do apartheid.

O conhecimento da história sul-africana é, em nosso entendimento, fator imprescindível para que possamos analisar a composição de uma rede de ativismo transnacional antiapartheid. Os principais acontecimentos históricos estão intimamente ligados às reações de países, organismos internacionais e entidades civis contra as políticas segregacionsitas da África do Sul. Essas ações antiapartheid, a partir de um arranjo de ativismo transnacional em rede serão estudadas agora no capítulo 4, o qual consideramos o mais importante de nosso estudo.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812654/CA